

RELATÓRIO ANUAL 2014



**O ANO DE UM TRABALHO
QUE TORNOU AINDA MAIS
SÓLIDO O SEU FUTURO.**



RELATÓRIO ANUAL 2014



Prev

MINAS GERAIS

ISO 9001

AC-AP-ES-MA-MT-MS-MG-DF-PA-RO-RR

SUMÁRIO

INSTITUCIONAL

- 05 A Entidade Fechada de Previdência Complementar e a OABPrev-MG
- 06 Instituidores
- 07 Órgãos estatutários
- 10 Eleições para membros do Conselho Deliberativo e Fiscal
- 11 Certificação de Dirigentes
- 11 Certificação ISO 9001 - 2008

INFORMAÇÕES E ESTATÍSTICAS

- 13 Canais e Estatísticas de Atendimento
- 15 Pesquisa de Satisfação
- 16 Contribuição Eventual

EDUCAÇÃO FINANCEIRA E PREVIDENCIÁRIA

- 18 Educação Financeira e Previdenciária

OABPREV-MG EM NÚMEROS

- 20 Evolução Patrimonial
- 22 Massa de Participante
- 27 Taxas de Carregamento e Administrativa

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E INVESTIMENTO

- 29 Rentabilidade
- 32 Cenário Econômico e Financeiro
- 34 Demonstrativos de Investimentos
- 37 Política de Investimento

ANEXOS

- 40 Gestão Contábil
- 64 Parecer Atuarial
- 70 Parecer do Conselho Fiscal
- 71 Parecer do Conselho Deliberativo



INSTITUCIONAL



RELATÓRIO
ANUAL 2014

 **Prev**
MINAS GERAIS ISO 9001
AC-AP-ES-MA-MT-MS-MG-DF-PA-RO-RR

A ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E A OABPREV-MG

Também conhecidas como Fundos de Pensão, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar são organizadas sob a forma de fundação ou sociedade civil sem fins lucrativos, sendo acessíveis exclusivamente aos empregados de uma empresa ou grupo de empresas; aos servidores das instituições chamadas patrocinadoras (União, Estados, Distrito Federal e Municípios); ou ainda aos associados ou membros de pessoas jurídicas de caráter profissional, classista ou setorial, denominadas instituidoras.

Com 10 anos de existência, completados em novembro de 2014, o Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil-Seccional de Minas Gerais é uma entidade instituidora sem fins lucrativos que realiza a gestão do Plano de Benefícios Previdenciários dos Advogados – PBPA e tem como finalidade levar conforto, tranquilidade e segurança aos advogados, seus familiares e dependentes.

Possui sede administrativa localizada em Belo Horizonte, Minas Gerais, e sua atuação se estende às seccionais da OAB e da CAA dos seguintes Estados: Acre, Amapá, Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Rondônia e Roraima. São instituidoras do Plano de Benefícios Previdenciários dos Advogados – PBPA, atualmente, as OABs e CAAs de todas as seccionais citadas, além do SINTAPPI-MG e da Ordem dos Músicos – CRMG.

Com uma estrutura profissional, competente, transparente e adequada aos preceitos de governança corporativa, os excelentes resultados acumulados nos últimos anos comprovam que a OABPrev-MG realiza uma gestão sólida, fundamentada nos princípios do conservadorismo, liquidez, transparência e solvência.



INSTITUIDORES



Ordem dos Músicos **CRMG**

SINTAPPI-MG

ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

Conselho Deliberativo

Responsável pelas diretrizes da entidade e pela definição da política de investimentos dos recursos garantidores, entre outras atribuições conforme previsto na Lei Complementar 109/2001 e Estatuto da entidade. O Conselho Deliberativo é o órgão de deliberação colegiada é composto por 10 (dez) membros efetivos com respectivos suplentes, com a seguinte distribuição conforme art. 29 do estatuto:

I – 05 (cinco) membros efetivos com respectivos suplentes, indicados pelos Instituidores ou pelo Instituidor de maior patrimônio (contábil) que deverá indicar no mínimo 01 (um) membro de cada Instituidor, mantendo a sequência do patrimônio (contábil) até o preenchimento das vagas.

II – 05 (cinco) membros efetivos com respectivos suplentes, eleitos pelos Participantes e assistidos, dentre seus pares, mediante processo de votação direta, cuja regulamentação caberá ao Conselho Deliberativo.

Composição do Conselho Deliberativo em dezembro de 2014

Titulares

Antônio Marcos Nohmi- Presidente
 Eduarti Matos Carrijo Fraga- Vice- Presidente
 Sérgio Murilo Diniz Braga
 Francisco Shimabukuro Júnior
 Murilo Edgard de Siqueira e Rocha
 Fernando Ferreira Calazans
 Tenaressa A de Araújo Della Libera
 Roberto Dias Percini

Suplentes

Bruno Reis de Figueiredo
 Nicanor Oscar Prata de Castro
 Carlos Eduardo Arantes da Silva
 Rodrigo Araújo Lopes Cançado
 Enéas Virgílio Saldanha Bayão
 Daniel Senra Delgado
 João Vicente Montano Scaravelli
 Giovanni José Pereira
 Fabiano Campos Gonçalves

ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

Conselho Fiscal

Responsável pela fiscalização interna da entidade e por examinar as suas demonstrações financeiras, livros e contas, entre outras atribuições. O Conselho Fiscal é órgão de controle interno da Entidade, cabendo-lhe emitir pareceres acerca da gestão administrativa e econômico-financeira e será composto por 06 (seis) membros efetivos com respectivos suplentes, com a seguinte distribuição, conforme previsto no art. 42 do estatuto:

I –03 (três) membros efetivos com respectivos suplentes, indicados pelos Instituidores e pelos Patrocinadores;

II –03 (três) membros efetivos com respectivos suplentes, eleitos por e dentre os Participantes e assistidos, mediante processo de votação direta, cuja regulamentação caberá ao Conselho Deliberativo.

Composição do Conselho Fiscal em dezembro de 2014

Titulares

Marcos Antônio Pires de Moraes- Presidente
Delfino Garcia Neto- Vice – Presidente
Fernando Tadeu da Silva Quadros
Rosemary Mafra Nunes Leite
Stefânia Mafra Nunes Leite

Suplentes

Vander Lima Fernandes
Leonardo Pereira Rezende
Fernando Gonzaga Jayme
Marco Antônio Alves
Ivone Paula de Oliveira
Margarete Leite Gonçalves de Lima

ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

Diretoria Executiva

É composta de 05 (cinco) membros, indicados pelo Conselho Deliberativo, sendo responsável pela administração da entidade e por executar diretrizes e normas taxadas pelo Conselho Deliberativo, entre outras atribuições.

Composição da Diretoria Executiva em dezembro de 2014

Armando Quintão Bello de Oliveira Júnior- Diretor Presidente
Raquel de Oliveira Souza e Santiago- Diretora Vice Presidente
Bernardo Coelho de Andrade- Diretor Administrativo e Financeiro
Guilherme Vilela de Paula- Diretor de Investimentos e Relações com o mercado
Roberto de Carvalho Santos- Diretor de Seguridade



ELEIÇÕES PARA MEMBROS DO CONSELHO DELIBERATIVO E FISCAL

A OABPrev-MG realizou processo eleitoral para escolha de quatro (quatro) membros titulares e 4 (quatro) membros suplentes para o Conselho Deliberativo e de 2 (dois) membros titulares e dois (dois) membros suplentes para o Conselho Fiscal da Entidade.

As inscrições ocorreram no período de 21 de julho de 2014 a 25 de julho de 2014. Os candidatos tiveram seus currículos e fotos publicados no site www.oabprev.com.br, após votação eletrônica, foi realizada a apuração e divulgação dos resultados pela Comissão Eleitoral.

A comissão Eleitoral do OABPREV-MG cumprindo o disposto no item 17 do anexo I do Regimento Eleitoral e considerando que não houve impugnação ao resultado da eleição, homologou a eleição dos Candidatos Arianne Ferreira Lourenço, Fernando Ferreira Calazans, Tenaressa Aparecida de Araújo Della Libera e Roberto Dias Perecini a membros titulares do Conselho Deliberativo, homologou a eleição dos candidatos Enéas Virgílio Saldanha Bayão, João Vicente Montano Scaravelli, Giovanni José Pereira e Fabiano Campos Gonçalves a membros suplentes do Conselho Deliberativo. Ainda, homologou a eleição dos candidatos Rosemary Mafra Nunes Leite e Stefania Moraes Coelho a membros titulares do Conselho Fiscal e Ivone Paula de Oliveira e Margareth Leite Gonçalves de Lima a membros suplentes do Conselho Fiscal.

No mês de setembro de 2014, os candidatos vencedores tomaram posse nas reuniões dos Conselhos Deliberativo e Fiscal.



CERTIFICAÇÃO DE DIRIGENTES

A certificação do ICSS - Instituto de Certificação da Seguridade Social foi desenvolvida como instrumento de autorregulação do sistema de previdência complementar. A certificação de profissionais dos fundos de pensão é um processo de aferição de conhecimento e habilidades em determinada área com o objetivo de atestar a competência no exercício do cargo ou função.

Conforme disposto na resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009 é obrigatório que os administradores e demais participantes do processo decisório dos investimentos sejam certificados por entidade de reconhecido mérito pelo mercado financeiro nacional. Visando a busca por uma gestão capacitada e qualificada, a OABPREV-MG possui atualmente 8 (oito) profissionais certificados, dentre eles: Conselheiros Deliberativos, Conselheiros Fiscais e Diretores.

A Entidade está cada vez mais próxima da meta de certificação da maioria de seus Dirigentes e Conselheiros. A OABPREV-MG tem o desejo de atender não somente a legislação, mas também de preparar especialistas entre os próprios participantes, que estarão cada vez mais capacitados para concorrer às vagas dos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Entidade e ainda, da Diretoria Executiva.

CERTIFICAÇÃO ISO 9001:2008

Em 2014, a OABPrev-MG manteve pelo quinto ano consecutivo a certificação pela NBR ISO 9001:2008. A qualidade conquistada e aprimorada ao longo dos anos tem auxiliado a Entidade no aumento da comunicação com seu público alvo, permitindo um melhor conhecimento do plano e da Entidade, aumentando o nível de satisfação e interação dos participantes e assistidos.

O diferencial da Entidade está na transparência dos serviços prestados, personalização e qualificação do atendimento, eficácia e preocupação com seus Participantes e Assistidos. Todas essas qualidades se aprimoram a partir do reconhecimento e, o Certificado de Qualidade ISO 9001:2008, passa a ser mais uma ferramenta para garantir a capacidade do OABPrev-MG em atender corretamente seus públicos de interesse.



INFORMAÇÕES E ESTATÍSTICAS



RELATÓRIO
ANUAL 2014

CANAIS E ESTATÍSTICAS DE ATENDIMENTO



Avenida Getúlio Vargas, 1300
17º andar - Conj. 1701
Bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG
CEP: 30112-021



relacionamento@oabprev.com.br

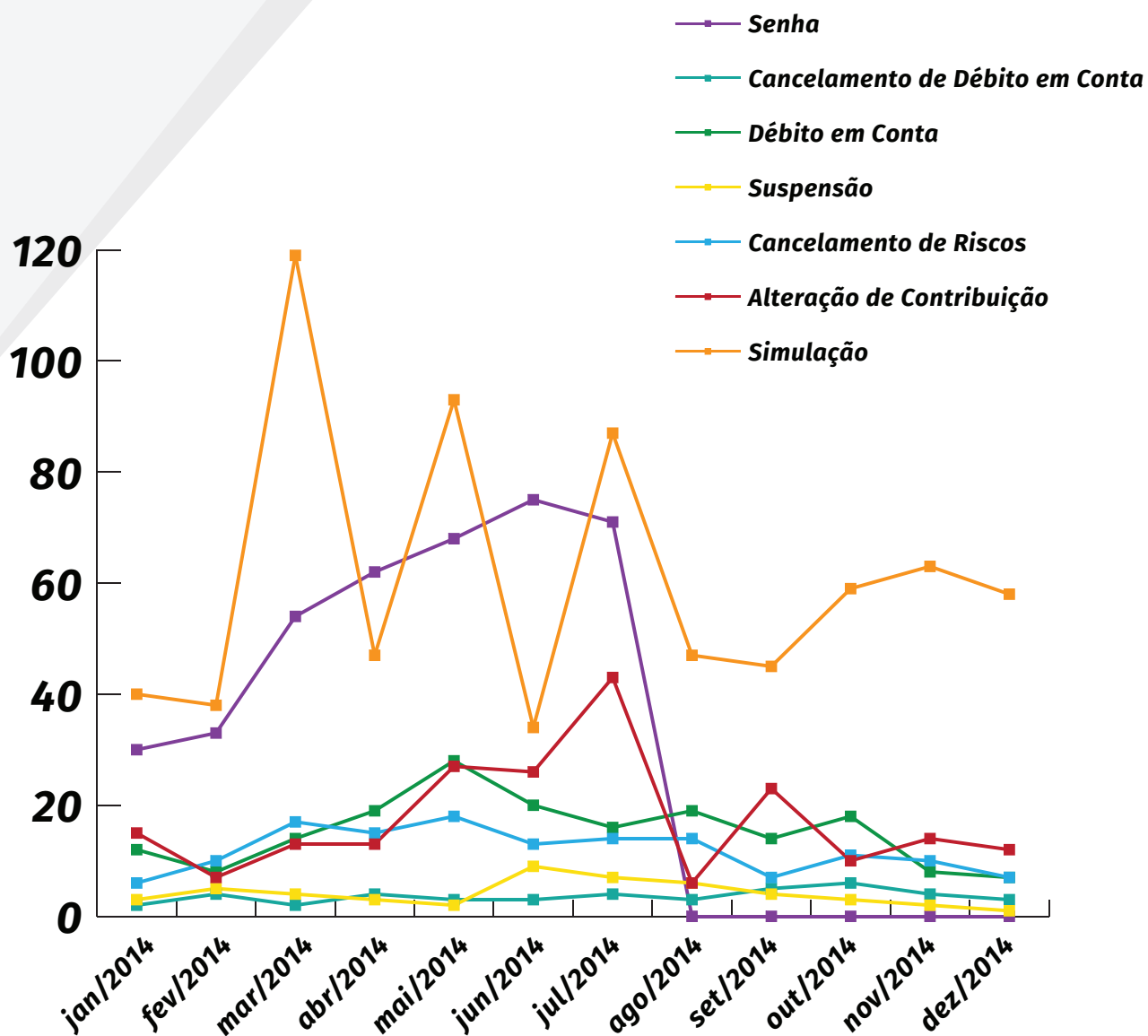


55 31 2125-6400



www.oabprev.com.br

CANAIS E ESTATÍSTICAS DE ATENDIMENTO

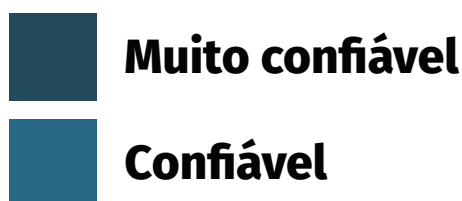
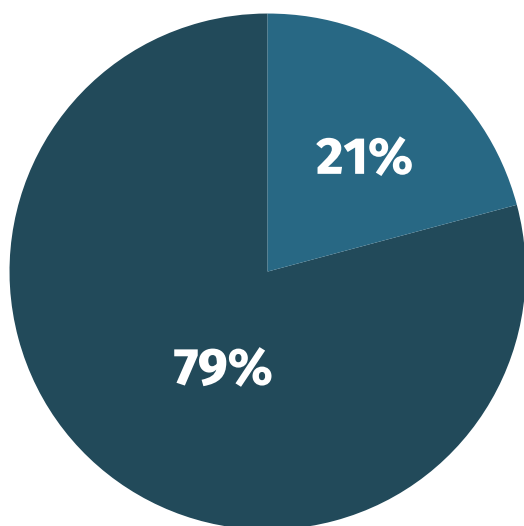


PESQUISA DE SATISFAÇÃO

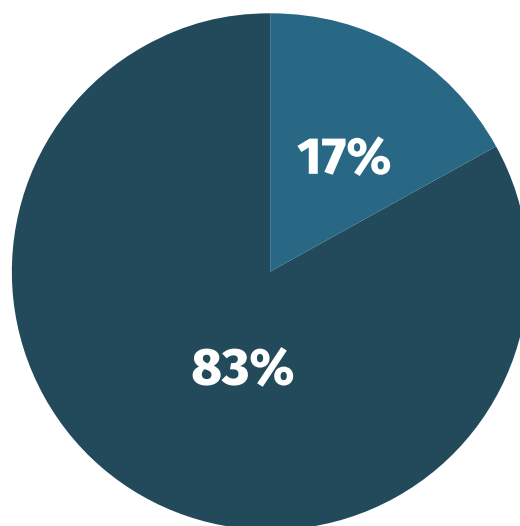
Ao longo da sua história, a OABPrev-MG buscou consolidar a premissa de transparência e fortalecer a imagem de solidez e credibilidade. Em 2014, a OABPrev-MG completou cinco anos da realização da primeira pesquisa de satisfação. Nesse ano, a partir da análise dos resultados da pesquisa anterior, várias melhorias foram realizadas. Nos meses de novembro de 2014 a janeiro de 2015, a OABPrev-MG convidou os participantes e assistidos para avaliarem a qualidade dos serviços prestados, o plano e a confiabilidade da Entidade.

Das respostas válidas, 79% avaliaram a imagem da Entidade como muito confiável e confiável, conforme gráfico abaixo. Ainda, 83% dos participantes indicariam a OABPrev-MG a parentes e amigos. A OABPrev-MG acredita que a opinião dos seus participantes e assistidos é fundamental para a melhoria contínua dos serviços prestados, pois esses são a razão de ser da instituição.

Qual a sua avaliação quanto a imagem da OABPrev-MG?



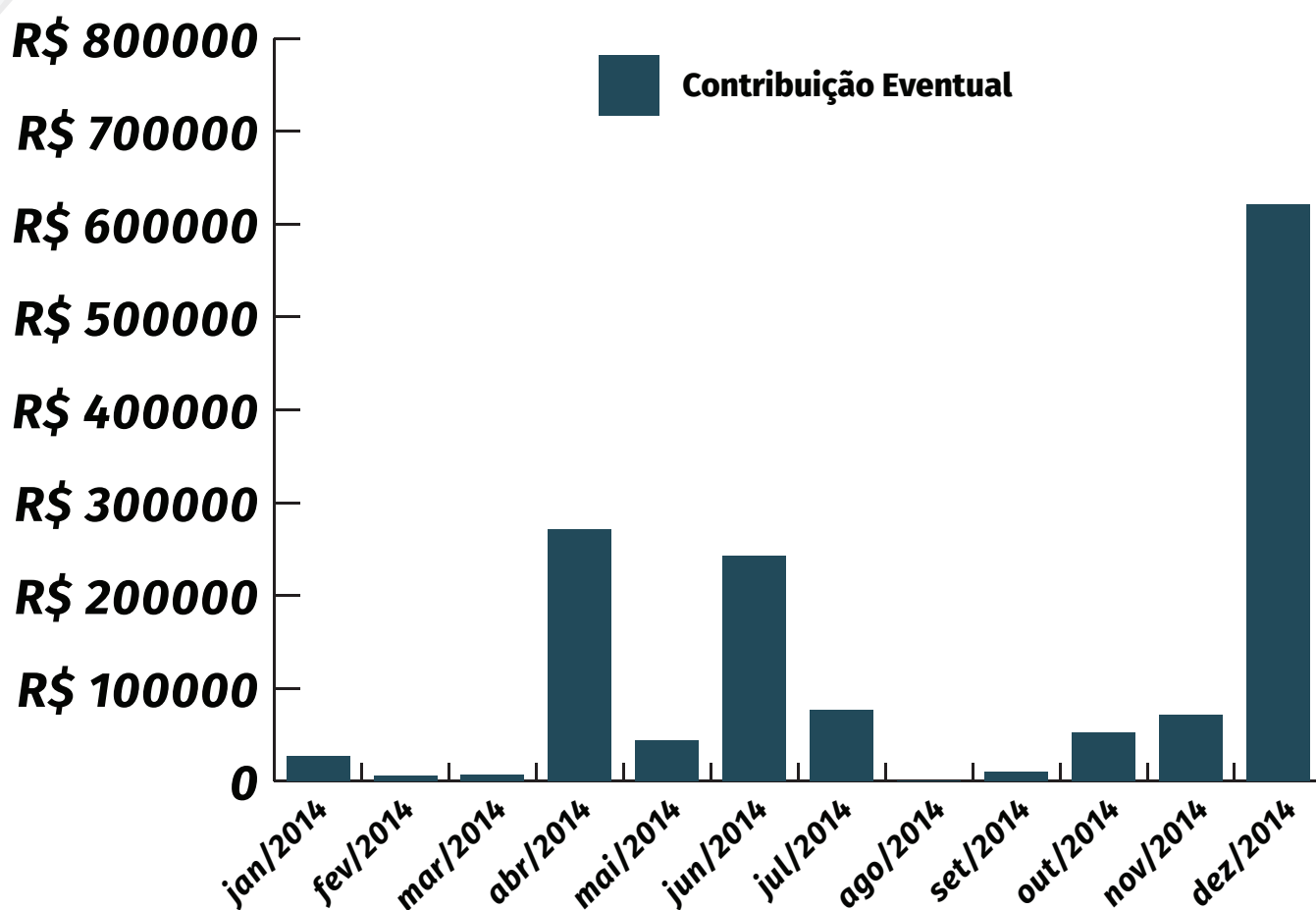
Você indicaria a OABPrev-MG a parentes e amigos?



CONTRIBUIÇÃO EVENTUAL

Aumentar o valor das reservas financeiras é uma das maneiras mais eficientes de o participante garantir a sua tranquilidade no futuro. Nesse sentido, as contribuições eventuais representam um incentivo à educação financeira e previdenciária, contribuindo para a formação de uma cultura de planejamento financeiro. Além de difundir a importância dos investimentos em previdência privada, as campanhas de Contribuição Eventual garantem aos participantes liberdade para escolher quando e quanto investir.

Em 2014, foram feitas três campanhas de Contribuição Eventual, nos meses de abril, junho e dezembro. Os gráficos abaixo demonstram a evolução das contribuições eventuais realizadas por seus participantes, com destaque para os excelentes retornos obtidos em dezembro/2014. Em face desses resultados, estão previstas para 2015 novas campanhas.





EDUCAÇÃO

FINANCEIRA E PREVIDENCIÁRIA



EDUCAÇÃO FINANCEIRA E PREVIDENCIÁRIA

Em fevereiro 2014 a PREVIC aprovou, pela quarta vez, as ações do projeto de educação financeira e previdenciária da OABPrev-MG. O programa visa despertar nos participantes e assistidos a conscientização sobre a importância do planejamento e da poupança no período laborativo, a fim de possibilitar uma aposentadoria tranquila no futuro.

No ano de 2014, a OABPrev-MG realizou ações para fomentar novas adesões ao plano e aumentar o percentual das contribuições. Também foram realizadas palestras com o apoio da OABMG e Educar Virtual. Foi publicado no portal (www.oabprev.com.br) no canal de Educação Financeira e Previdenciária o informativo “Previdência em foco”, com orientações gerais sobre o regime de previdência no país e a importância da previdência complementar.

Nos últimos anos, tem sido desenvolvida forte comunicação com o participante, com esclarecimentos sobre o plano, a Entidade, os gestores, entre outros, visando uma maior conscientização sobre a importância de se preparar para o futuro.

OABPREV-MG EM NÚMEROS

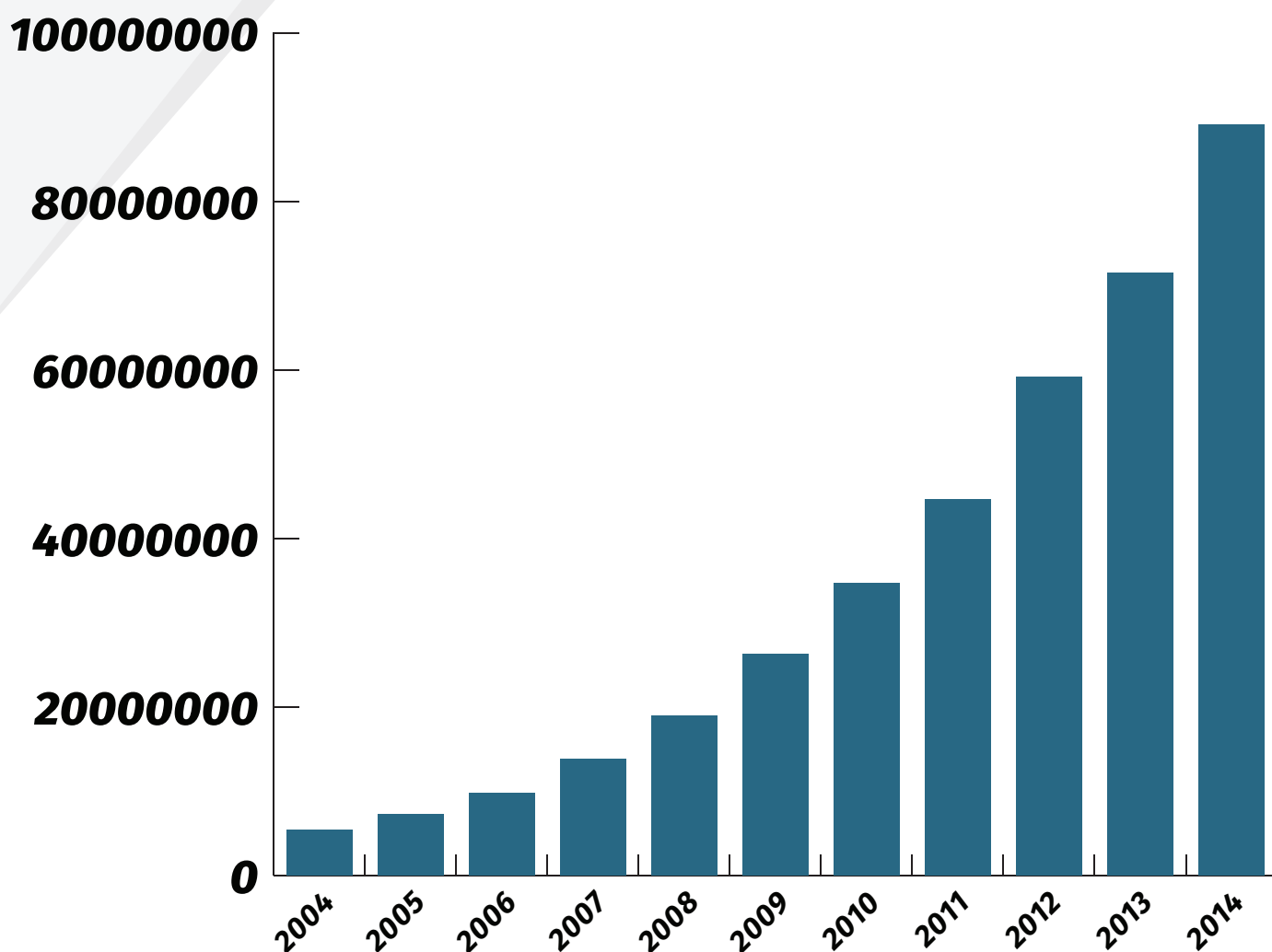


RELATÓRIO
ANUAL 2014

 **Prev**
MINAS GERAIS ISO 9001
AC-AP-ES-MA-MT-MS-MG-DF-PA-RO-RR

EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

A OABPrev-MG encerrou o ano de 2014 com aproximadamente R\$ 90 milhões em investimentos. O que significa que, ao longo desse ano, os recursos garantidores da OABPrev MG foram ampliados em 25%, acumulando 157% de crescimento nos últimos 5 anos.



EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

OABPrev MG Evolução do Patrimônio

Ano	Patrimônio (R\$)	Evolução (%)	
		No Ano	Acumulada
2004	5.408.000,00	-	-
2005	7.232.500,00	33,74%	33,74%
2006	9.816.000,00	35,72%	81,51%
2007	13.811.000,00	40,70%	155,38%
2008	18.928.662,07	37,05%	250,01%
2009	26.329.684,05	39,10%	386,87%
2010	34.675.033,36	31,70%	541,18%
2011	44.674.690,90	28,84%	726,09%
2012	59.164.160,50	32,43%	994,01%
2013	71.532.448,21	20,91%	1222,72%
2014	89.163.982,97	24,65%	1548,74%

157%

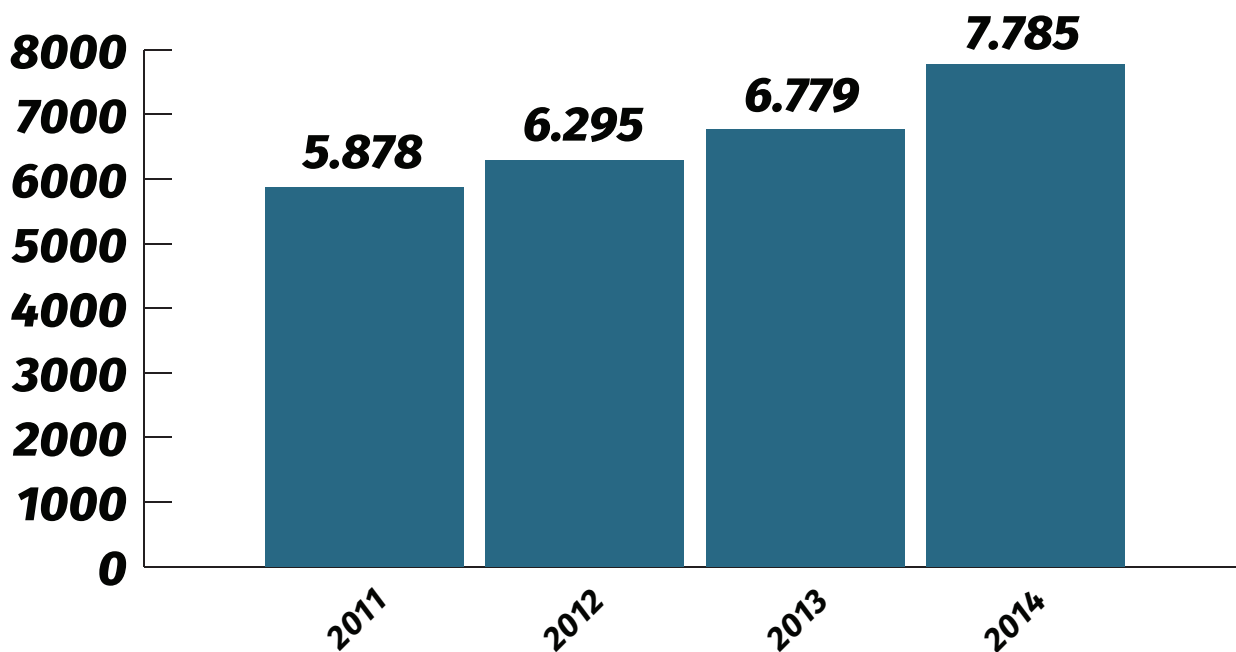
MASSA DE PARTICIPANTES

Apesar do pouco tempo de existência, em dezembro/2014, a OABPrev-MG já possuía 28 assistidos. Abaixo, segue quadro que representa a evolução da quantidade de participantes e assistidos do Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado -PBPA.

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Participantes Ativos	3236	4260	5288	5878	6295	6779	7785
Assitidos (Aposentados e Pensionistas)	9	24	24	26	27	26	28
TOTAL	3245	4284	5312	5904	6322	6805	7813

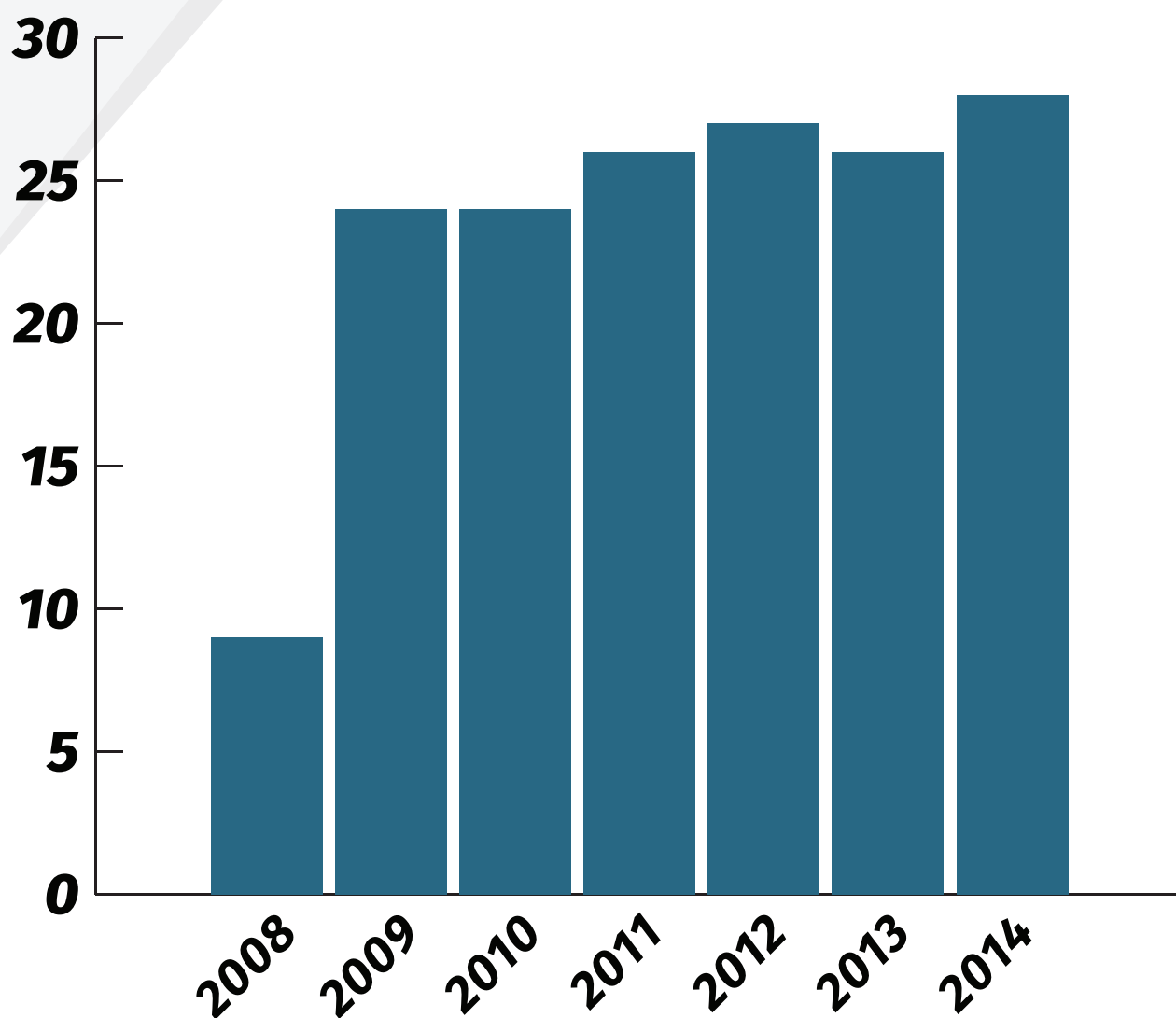
Quanto ao número de participantes ativos, observa-se um crescimento significativo, que tem se caracterizado como contínuo a cada ano.

Participantes ativos/ano



MASSA DE PARTICIPANTES

Assistidos (Aposentados e Pensionistas)



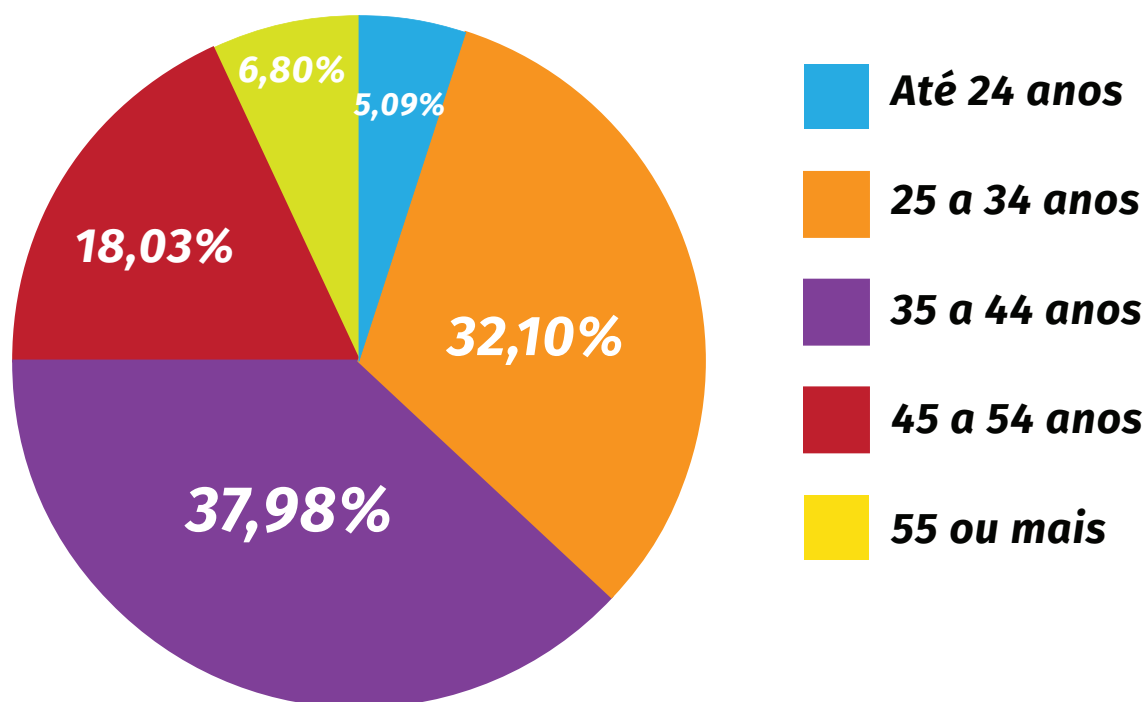
MASSA DE PARTICIPANTES

No ano de 2014, a massa de participantes da OABPrev-MG manteve-se composta por uma população predominantemente jovem. Esse perfil de participantes deve-se ao fato de que o Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado -PBPA é relativamente novo.

Além disso, esse perfil jovial revela a existência de significativa conscientização dos advogados sobre a cultura previdenciária já no início de suas carreiras.

Conforme demonstrado no gráfico abaixo, até 31/12/2014 a maior parte (70,08%) dos participantes concentrou-se na faixa etária de 25 a 44 anos.

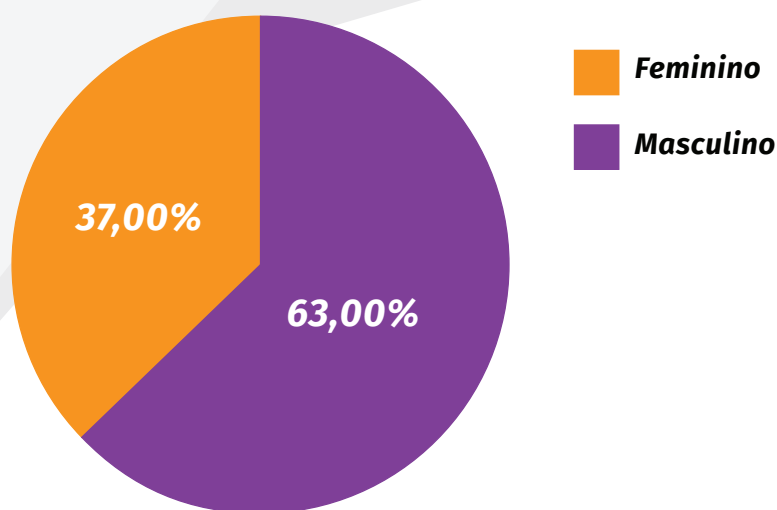
Perfil etário dos participantes



Em relação ao sexo dos participantes, em 2014, os homens continuaram representando mais da metade do número total, atingindo uma porcentagem de 63% dos participantes. Em números, esses resultados significam que a OABPrev-MG fechou o ano de 2014 com 7.785 participantes, sendo 2.880 mulheres e 4.905 homens.

MASSA DE PARTICIPANTES

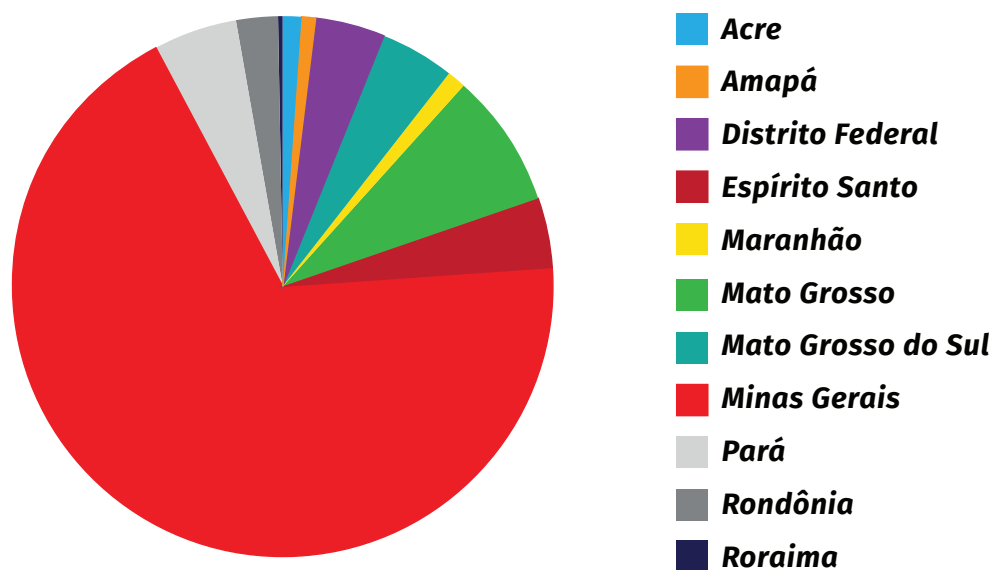
Perfil dos participantes/Sexo



O universo de contemplados pelo Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado-PBPA da OABPrev-MG não se restringe aos advogados e familiares pertencentes à seccional de Minas Gerais, mas inclui também os advogados e familiares ligados às seccionais dos Estados do Acre, Amapá, Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Roraima, além dos participantes vinculados à Ordem dos Músicos-CRMG e ao SINTAPPI-MG.

O gráfico abaixo mostra a distribuição de participantes da OABPrev-MG em 31/12/2014, por Estado conveniado.

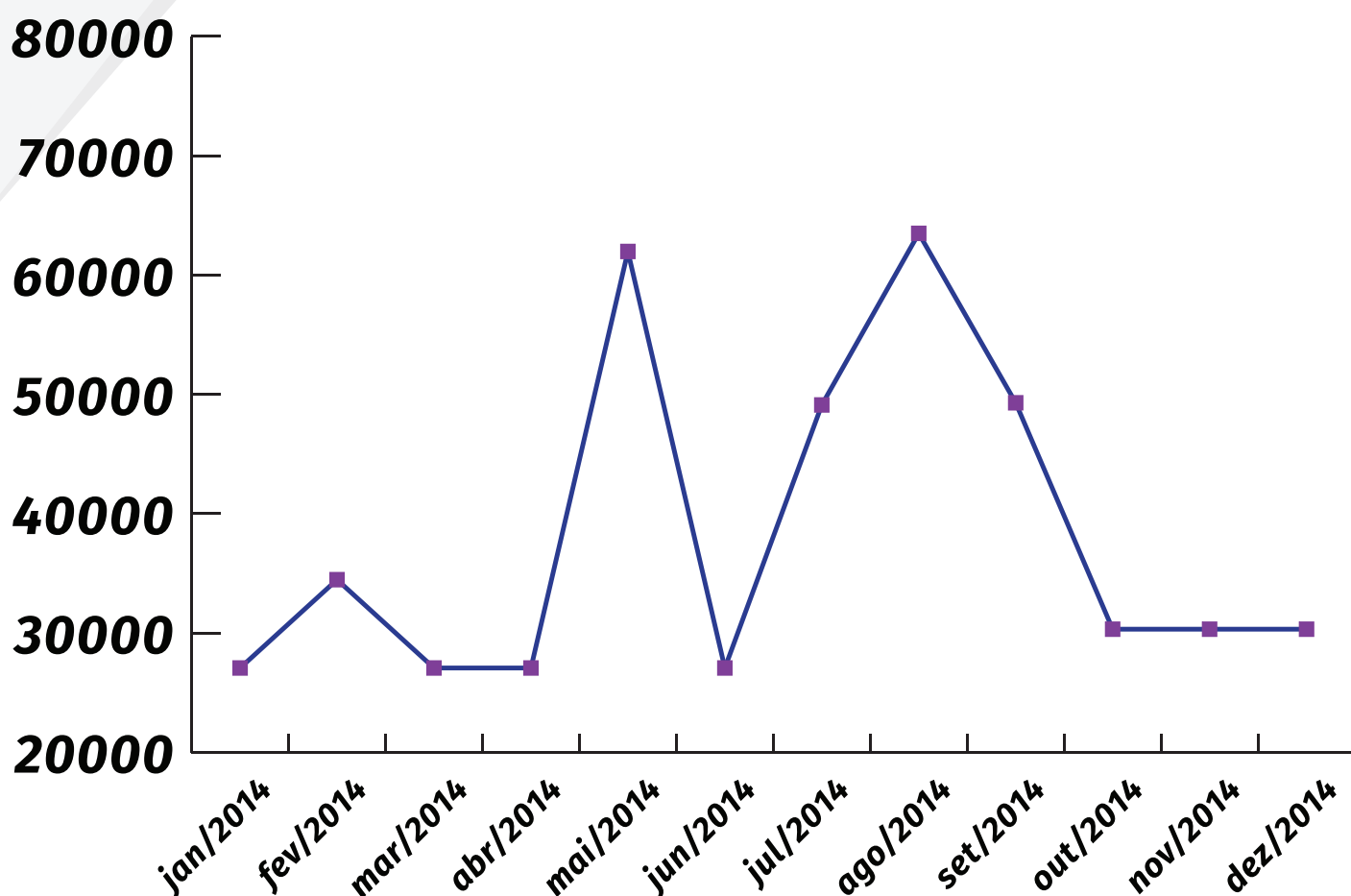
Número de participantes/Estado



MASSA DE PARTICIPANTES

No ano de 2014, a quantidade média de benefícios pagos ao mês foi de 28, sendo que o valor médio foi equivalente a R\$1.082,52. Abaixo, é possível visualizar a demonstração gráfica dos benefícios pagos nos últimos quatro anos.

Benefícios pagos/mês



TAXAS DE CARREGAMENTO E ADMINISTRATIVA

Para o exercício de 2014, as taxas de carregamento e administração adotadas, em conformidade com a Resolução CGPC nº 29 de 31 de agosto de 2009, foram mantidas nos seguintes percentuais:

a) *Taxa de carregamento: 0,0% (zero por cento);*

b) *Participantes com até 7.000 cotas: Taxa de administração: 1,75% a.a.;*

c) *Participantes com mais de 7.000 cotas:*

Taxa de administração: 1,75% a.a. para o saldo até 7.000 cotas; e 0,75% a.a. para o saldo excedente a 7.000 cotas.

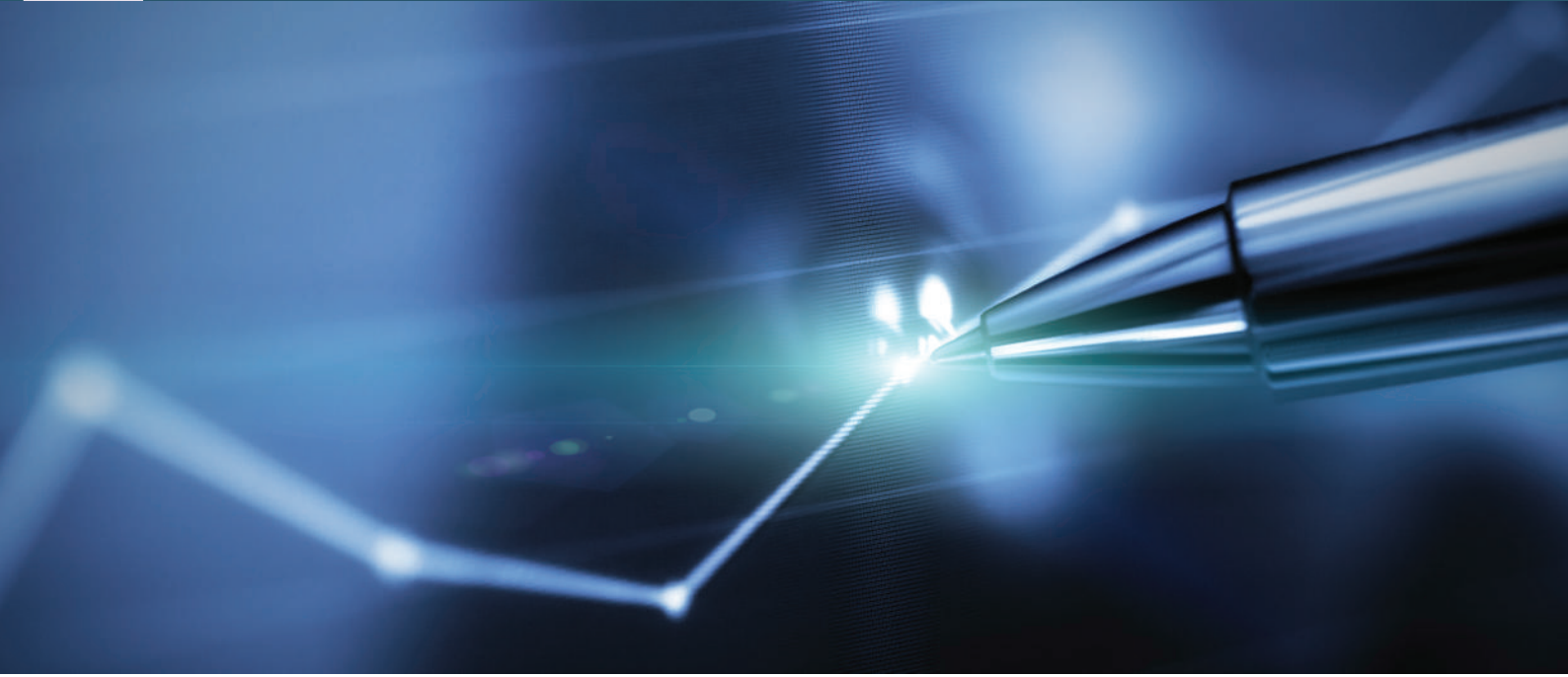
**7.000 cotas equivalente a aproximadamente R\$15.649,00 em 31/12/2014*





INFORMAÇÕES

FINANCEIRAS E DE INVESTIMENTO



RENTABILIDADE

Rentabilidade dos investimentos

A rentabilidade dos investimentos da OABPrev-MG apurados no ano de 2014 foi de: 8,85%.

O ano de 2014 foi marcado por uma forte volatilidade no mercado financeiro brasileiro. As eleições presidenciais trouxeram incerteza ao mercado e desestabilizaram a econômica brasileira.

A bolsa de valores fechou o ano em queda de aproximadamente 3%, reflexo do baixo crescimento econômico, com queda nos preços das commodities e nas exportações, aliada a um escândalo de corrupção sem precedentes envolvendo a Petrobras, empresa com maior peso no Ibovespa.

O dólar teve forte alta em 2014, em função do crescimento americano e da perspectiva de aumento das taxas de juros nos EUA, mas também devido ao mau desempenho da economia brasileira. O resultado foi a forte alta dos fundos cambiais e o mau desempenho dos fundos que investem em ações, notadamente aqueles que priorizam as small caps (vide índice SMLL acima), empresas de menor valor de mercado e com menos liquidez, que sofreram mais com os soluços do mercado.

A inflação encerrou o ano muito próxima do teto da meta. Já a taxa básica de juros (taxa Selic) encerrou em 11,75% a.a. E o CDI acumulou 10,81% em 2014.

O ano de 2014, favoreceu os fundos mais conservadores, que investem em ativos atrelados à taxa Selic e ao CDI, taxa esta que se aproxima da Selic. Uma vez que o aumento dos juros visa justamente controlar a inflação, a alta dos juros beneficiou, então, fundos como os DI, os de renda fixa, os de renda fixa crédito privado, os de curto prazo e os multimercados juros e moedas.

Portanto, 2014 foi um ano complicado para as EFPC. Considerando os Planos do tipo CD da amostra do relatório da Aditus Consultoria Financeira, a mediana de retorno no exercício de 2014 ficou em 9,98%, ou seja, abaixo do CDI (10,81%) e da meta atuarial (INPC + 4,0% ao ano ficou em 10,23%). E o resultado da OABPREV MG não foi muito diferente desta mediana.

RENTABILIDADE

Rentabilidade dos investimentos

No final de 2014, 81% dos recursos garantidores da OABPrev MG estavam sob a gestão da Mongeral Aegon Investimentos Ltda, recursos estes divididos em cinco fundos. Quatro deles classificados como investimentos de renda fixa e um classificado com investimento no exterior:

- **OABPREV CLÁSSICO FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO (Fundo exclusivo da OABPrev MG)**
- **MONGERAL AEGON IMAB 5 INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA LONGO PRAZO**
- **MONGERAL AEGON INFLACAO INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA LONGO PRAZO**
- **MONGERAL AEGON INSTITUCIONAL RENDA FIXA FUNDO DE INVESTIMENTO**
- **MONGERAL AEGON MULTIMERCADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR FUNDO DE INVESTIMENTO**

O restante dos investimentos, 19% dos recursos garantidores, estavam alocados em dez fundos distribuídos da seguinte forma:

Renda Fixa:

- **AF INVEST FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO GERAES**
- **PROFIX INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CREDITO PRIVADO**

Renda Variável:

- **SUL AMERICA EXPERTISE II FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES**
- **BRADESCO FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES DIVIDENDOS**
- **GAVEA AÇÕES FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM AÇÕES**
- **PACIFICO ACOES FUNDO DE INVESTIMENTO EM QUOTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO DE ACOES**
- **QUELUZ VALOR FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES**
- **CSHG STRATEGY II FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM AÇÕES**

Estruturados:

- **SAFRA GALILEO FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO**

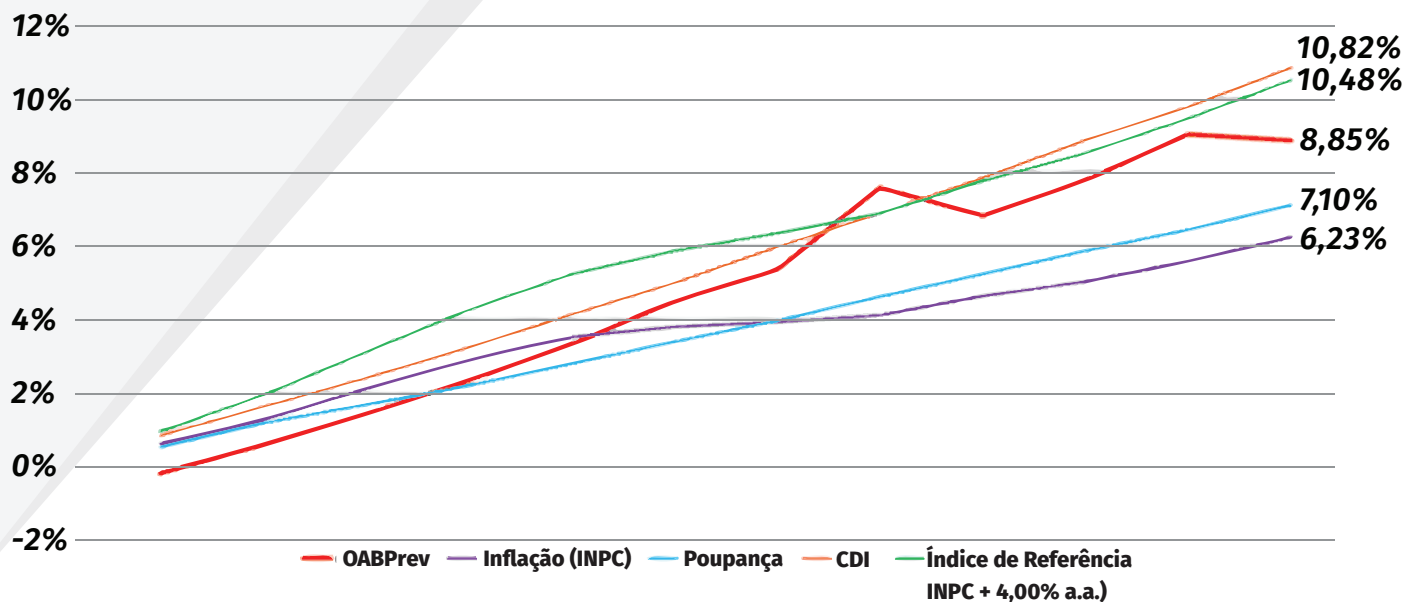
Investimento no Exterior:

- **CSHG GLOBAL EQUITIES FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO - INVESTIMENTO NO EXTERIOR**

RENTABILIDADE

Rentabilidade dos investimentos

Rentabilidade dos investimentos acumulada



¹ Índice de Referência a partir de 2010 (INPC + 5,00%)

¹ Índice de Referência a partir de 2013 (INPC + 4,75%)

¹ Índice de Referência a partir de 2014 (INPC + 4,00%)

*Modalidade do plano: contribuição definida

Histórico - Rentabilidade dos Investimentos - Acumulado

	OABPrev-MG	Poupança	CDI	INPC	Índice de Referência
2010	9,71%	9,81%	9,75%	6,47%	12,32%
2011	8,73%	7,50%	11,59%	6,08%	11,91%
2012	11,72%	6,25%	7,82%	4,11%	12,04%
2013	4,42%	5,74%	8,00%	5,56%	10,58%
2014	8,85%	7,10%	10,82%	6,23%	10,48%
Acumulado	51,48%	42,02%	61,56%	37,02%	80,54%
%Atingido	-	122,52%	83,62%	139,08%	63,92%

CENÁRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO

Anos de medidas contracíclicas no país, implementadas após a crise internacional de 2008 e intensificadas nos últimos anos, culminaram em uma forte deterioração fiscal em 2014. Essas medidas, muito agressivas, não foram revertidas nos anos seguintes, a despeito dos sinais de recuperação econômica. As receitas sofreram forte declínio, seja pela queda na arrecadação, fruto da desaceleração econômica atual, ou pelas desonerações fiscais promovidas pelo governo. Já os gastos públicos seguiam seu caminho expansionista. Pela primeira vez desde o início da série histórica do Banco Central, iniciada em 2001, o setor público consolidado encerrou o ano no vermelho, ao registrar déficit primário de R\$ 32,5 bilhões, o equivalente a -0,63% do PIB.

Apesar do aumento recorde nos gastos públicos, o cenário de 2014 foi de desaceleração econômica e degradação da confiança dos consumidores e empresários. A produção industrial caiu 3,2% no ano e a estimativa mais otimista para o PIB é de estabilidade, enquanto grande parte dos analistas projeta que o país deve ter passado por uma leve retração no ano passado.

A inflação acumulada em doze meses chegou a furar o teto da meta durante o ano e terminou 2014 próximo a esse limite, em 6,41%, apesar das desonerações fiscais que ainda estavam em curso e do represamento no aumento de alguns preços administrados.

No final do mês de março, nove meses após revisar a perspectiva do país de estável para negativa, a agência de classificação de risco Standard & Poor's rebaixou o rating da dívida de longo prazo em moeda estrangeira do Brasil de BBB para BBB-, o piso das classificações detentoras do grau de investimento. Segundo a agência, as derrapadas na condução da política fiscal, a dificuldade no cumprimento da meta primária em 2014, em função do ano eleitoral, e a piora das contas externas pesaram na decisão. Sobre a atividade, a agência classificou como modesta a previsão de crescimento para os próximos anos, em função de fatores estruturais.

As eleições presidenciais de outubro ocorreram nesse cenário de atividade fraca, inflação alta, deterioração fiscal e apreensão quanto à possibilidade de perda do grau de investimento. A essa altura, o desenrolar das investigações da Operação Lava Jato, que começou com uma averiguação sobre lavagem de dinheiro em um posto de gasolina do Distrito Federal e se agigantou para um complexo esquema de desvio de dinheiro da Petrobras, já envolvia políticos e partidos, respingando no governo e no PT. Em uma disputa acirrada, Dilma Rousseff (PT) foi reeleita com 52% dos votos válidos, enquanto Aécio Neves (PSDB) ficou com 48%. Além da diferença de apenas 3,5 milhões de votos entre os dois candidatos, a segregação das regiões foi o grande destaque da eleição: Dilma obteve a liderança no Norte e no Nordeste do país, enquanto Aécio liderou nas demais regiões (Centro-Oeste, Sudeste e Sul).

CENÁRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO

Na condução da política econômica o ano de 2014 se divide em antes e depois das eleições, já que o governo procurou mostrar mudanças rapidamente. Apenas três dias após o pleito presidencial, o ciclo de aumento de juros foi reiniciado, enquanto a expectativa majoritária do mercado era de que não haveria mudanças na taxa de juros. Ainda antes do final do ano, a presidente anunciou a substituição de Guido Mantega por Joaquim Levy à frente do Ministério da Fazenda. O anúncio foi bem recebido pelo mercado, por ser um nome que inspira bastante confiança depois do ótimo trabalho realizado como Secretário do Tesouro Nacional durante o primeiro mandato do governo Lula. Levy se comprometeu, desde o primeiro discurso, com uma política fiscal forte e austera.

Essas decisões causaram surpresa por terem vindo em direção oposta das bandeiras levantadas pela presidente durante a campanha eleitoral, sempre mais à esquerda. Dessa forma, trazem esperança de uma guinada do governo em prol do reestabelecimento do compromisso com os fundamentos macroeconômicos. Para 2015 esperamos um ano de dificuldades e sacrifícios para que a economia volte a crescer em 2016 com taxas de inflação mais próximas da meta de 4,5%, e não do seu teto. Mas seria ainda mais árduo sem uma reformulação da política econômica expansionista que vigorava até então.

FONTE MONGERAL AEGON INVESTIMENTOS



DEMONSTRATIVOS DE INVESTIMENTOS



Relatório de Resumo do Demonstrativo de Investimentos

Mês de Referência: 12/2014

Entidade: 4282-OABPREV-MG

Plano de Gestão Administrativa

Data de Geração: 24/04/2015 18:00:51

Consolidação Contábil	Valor em R\$
Total Demonstrativo de Investimentos:	-1.444. 342, 83
Total Recursos do Plano (Fonte: balancete):	-1.444. 342, 83
Diferença:	0,00
Demonstrativo de Investimentos - Carteira Própria - Total	-1.515.223,29
Depósitos:	2.161. 296, 36
Títulos Públicos:	0,00
Títulos Privados:	0,00
Ações:	0,00
Operações Compromissadas:	0,00
Participações em SPE:	0,00
Derivativos Opções:	0,00
Derivativos Termos:	0,00
Derivativos Futuros:	0,00
Derivativos Swaps:	0,00
Empréstimos/Financiamentos:	0,00
Carteira Imobiliária:	0,00
Valores a Pagar/Receber:	-3.676. 519, 65
Exigível Contingencial/Investimentos:	0,00
Demonstrativo de Investimentos - Fundos (1º Nível) - Total	70.880,45
08.983.443/0001-51	70. 880, 45

DEMONSTRATIVOS DE INVESTIMENTOS



PREVIDÊNCIA SOCIAL

Relatório de Resumo do Demonstrativo de Investimentos

Mês de Referência: 12/2014

Entidade: 4282-OABPREV-MG

Plano de Benefícios: 2004003065-PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO ADVOGADO

Data de Geração: 24/04/2015 18:02:44

Consolidação Contábil	Valor em R\$
Total Demonstrativo de Investimentos:	91.665.134,69
Total Recursos do Plano (Fonte: balancete):	91.665.134,68
Diferença:	0,01
Demonstrativo de Investimentos - Carteira Própria - Total	2.572.032,15
Depósitos:	4.758.313,74
Títulos Públicos:	0,00
Títulos Privados:	0,00
Ações:	0,00
Operações Compromissadas:	0,00
Participações em SPE:	0,00
Derivativos Opções:	0,00
Derivativos Termos:	0,00
Derivativos Futuros:	0,00
Derivativos Swaps:	0,00
Empréstimos/Financiamentos:	0,00
Carteira Imobiliária:	0,00
Valores a Pagar/Receber:	-2.186.281,59
Exigível Contingencial/Investimentos:	0,00

DEMONSTRATIVOS DE INVESTIMENTOS

Demonstrativo de Investimentos - Fundos (1º Nível) - Total	89.093.102,54
03.408.336/0001-86	891. 139, 84
09.289.072/0001-75	752. 389, 00
14.115.118/0001-70	2.073. 939, 19
02.143.193/0001-65	22. 993, 76
14.485.349/0001-75	1.205. 261, 81
06.916.384/0001-73	3.655. 620, 96
16.892.122/0001-70	1.308. 962, 99
14.083.797/0001-42	759. 790, 77
09.720.734/0001-10	851. 536, 61
17.891.835/0001-81	2.092. 757, 78
08.621.010/0001-56	3.490. 534, 50
11.435.287/0001-07	2.116. 224, 21
18.963.189/0001-83	1.151. 759, 33
10.347.249/0001-21	3.909. 473, 77
08.983.443/0001-51	64. 810. 717, 94

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A Política de Investimentos estabelece, observada a legislação em vigor, as maneiras sobre as quais os ativos da OABPrev-MG devem ser investidos e visa assegurar e garantir a continuidade do gerenciamento prudente e eficiente dos ativos da Entidade.

Em 15/12/2014, foi aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade que a Política de Investimento aprovada em 2013 para o exercício de 2014 a 2018, estaria válida até o ano de 2018. No entanto, devido ao cenário econômico do ano de 2014 e as perspectivas econômicas para o ano de 2015, seria iniciado estudo para a adequação da Política de Investimentos.

Em 30/03/2015, foi aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade a nova Política de Investimento para o exercício de 2015 a 2019.

Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado - PBPA		
Tipo de Plano: Contribuição Definida - CD		

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência		
Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2015 a 12/2015	INPC	4% ao ano

Alocação dos Recursos e Limites por Segmento de Aplicação			
Segmento	Alvo	Mínimo	Máximo
Renda Fixa	65,00%	40,00%	100,00%
Renda Variável	20,00%	00,00%	50,00%
Investimentos Estruturados	10,00%	00,00%	15,00%
Investimentos no Exterior	05,00%	00,00%	10,00%
Imóveis	00,00%	00,00%	00,00%
Operações com Participantes	00,00%	00,00%	00,00%

*PGA saldo de 100% em Renda Fixa

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ)		
Nome	CPF	Cargo
Guilherme Vilela de Paula	990.547.446-34	Diretor de Investimentos e Relações com o Mercado

CONTROLE DE RISCOS

O controle de riscos é um processo contínuo, não algo pontual, e estatístico que possa ser resumido em controles unicamente quantitativos. Por esta razão, este capítulo apresenta os controles exercidos e também a influência de tais controles na gestão dos recursos.

- *Risco de Mercado*
- *Risco de Crédito*
- *Risco de Liquidez*
- *Risco de Investimentos Estruturados*
- *Risco de Gestão*
- *Risco Legal*
- *Risco Operacional*
- *Risco Sistêmico*
- *Risco da Exposição em derivativos*
- *Contratação de Agentes Fiduciários*
- *Desenquadramentos*

GESTÃO DE RECURSOS

A Gestão de Recursos da OABPrev MG é obrigatoriamente terceirizada, conforme prevê a lei complementar n. 109/01 em seu inciso I do § do art. 31, tendo em vista a característica de Entidade fechada instituída.

Na gestão das carteiras de investimento, são constantemente observados o mandato, a política de investimento, a legislação em vigor, bem como:

- I. Os princípios de segurança;*
- II. O exercício de suas atividades com boa fé, lealdade e diligência;*
- III. O zelo por elevados padrões éticos;*
- IV. A adoção de práticas que garantem o cumprimento do dever fiduciário em relação aos participantes dos planos de benefícios.*



ANEXOS





Fernando Motta
& Associados

www.fmotta.com.br
RUA SANTA RITA DURÃO, 444 - 3º ANDAR - FONE: (0xx) 31 3221-3500
FAX: 3221-1177 - 30140-110 - BELO HORIZONTE - MG
AV. ALMIRANTE BARROSO, 63 - C/2004 - FONE: (0xx) 21 2262-1099
FAX: 2282-3430 - 20031-003 - RIO DE JANEIRO - RJ

PAR-15/035

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros, Diretores e Associados do
**FUNDO DE PENSÃO MULTIPATROCINADO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SECCIONAL DE MINAS GERAIS – OABPrev-MG**
Belo Horizonte - MG

1. Escopo dos exames

Auditamos as demonstrações financeiras do FUNDO DE PENSÃO MULTIPATROCINADO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECCIONAL DE MINAS GERAIS - OABPrev-MG, que compreendem o balanço patrimonial (consolidado) em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do ativo líquido por plano de benefícios, da mutação do patrimônio social (consolidada), da mutação do ativo líquido por plano de benefícios, do plano de gestão administrativa (consolidada) e das provisões técnicas do Plano de Benefícios do exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

2. Responsabilidade da Administração

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pela determinação dos controles internos considerados como necessários para evitar que as mesmas contenham distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

3. Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossos exames, conduzidos de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, que requerem o cumprimento de exigências éticas de nossa parte e que os nossos trabalhos sejam planejados e executados com o objetivo de obter segurança razoável de que as citadas demonstrações estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras, segundo julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nelas, independentemente se causada por fraude ou erro.

continua...

PAR-15/035
continuação...

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e da razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração da Entidade, bem como da apresentação das demonstrações tomadas em conjunto.

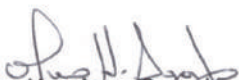
Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião.

4. Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no tópico primeiro representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do FUNDO DE PENSÃO MULTIPATROCINADO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECCIONAL DE MINAS GERAIS - OABPrev-MG, em 31 de dezembro de 2014, e o desempenho de suas operações do exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Belo Horizonte, 23 de março de 2015.

FERNANDO MOTTA & ASSOCIADOS
Auditores Independentes
CRCMG - 757



Olavo Henrique Segato
Contador|CRCMG – 32.085



Nilton José Ribeiro
Contador CRCMG – 43.491

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO
(Em R\$ mil)

ATIVO	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
DISPONÍVEL (Nota 4)	6.920	78
REALIZÁVEL	91.163	72.381
Gestão Previdencial (Nota 5)	367	
Gestão Administrativa (Nota 6)	1.632	126
Investimentos	89.164	72.255
Fundos de Investimentos	89.164	72.255
PERMANENTE (Nota 8)	36	101
Imobilizado	36	101
Total do Ativo	98.119	72.560

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO
(Em R\$ mil)

PASSIVO	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
EXIGÍVEL OPERACIONAL (Nota 9)	9.337	614
Gestão Previdencial	3.407	569
Gestão Administrativa	67	39
Investimentos	5.863	6
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL (Nota 10)	106	-
Gestão Administrativa	106	-
PATRIMÔNIO SOCIAL	88.676	71.946
Patrimônio de Cobertura do Plano	87.897	71.128
Provisões Matemáticas (Nota 11)	87.897	71.128
Benefícios Concedidos	2.442	2.632
Benefícios a Conceder	85.455	68.496
Fundos	779	818
Fundos Previdenciais	728	558
Fundos Administrativos	51	260
Total do Passivo	98.119	72.560

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS
(Em R\$ mil)

PLANO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO

DESCRIÇÃO	Exercício findo em		Variação
	31.12.14	31.12.13	%
Ativos	94.269	72.515	30
Disponível	4.758	77	6.079
Recebível	418	260	61
Investimentos	89.093	72.178	23
Fundos de Investimento	89.093	72.178	23
Obrigações	5.593	569	883
Operacional	5.593	569	883
Fundos não Previdenciais	51	260	(80)
Fundos Administrativos	51	260	(80)
Ativo Líquido	88.625	71.686	24
Provisões Matemáticas	87.897	71.128	24
Fundos Previdenciais	728	558	30

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL - CONSOLIDADA
(Em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	Exercício findo em		Variação
	31.12.14	31.12.13	%
Patrimônio Social - Início do Exercício	71.946	59.009	22
Adições	29.132	23.461	24
Contribuições Previdenciais	20.693	19.126	8
Resultado Positivo dos Investimentos			
Gestão Previdencial	5.995	2.505	139
Receitas Administrativas	2.437	1.823	34
Resultado Positivo dos Investimentos			
Gestão Administrativa	7	7	-
Destinações	(12.402)	(10.524)	18
Benefícios	(9.749)	(8.471)	15
Despesas Administrativas	(2.547)	(2.053)	24
Constituição de Contingências- Gestão Administrativa	(106)	-	-
Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido	16.730	12.937	29
Provisões Matemáticas	16.769	12.871	30
Fundos Previdenciais	170	289	(41)
Fundos Administrativos	(209)	(223)	(6)
Patrimônio Social - Final do exercício	88.676	71.946	23

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS
(Em R\$ mil)

PLANO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO

DESCRIÇÃO	Exercício findo em		Variação
	31.12.14	31.12.13	%
Ativo Líquido - início do exercício	71.686	58.525	22
Adições	27.775	22.530	23
Contribuições	21.780	20.025	9
Resultado Positivo dos Investimentos			
Gestão Previdencial	5.995	2.505	139
Destinações	(10.836)	(9.369)	16
Benefícios	(9.749)	(8.471)	15
Custeio Administrativo	(1.087)	(898)	21
Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido	16.939	13.161	29
Provisões Matemáticas	16.769	12.871	30
Fundos Previdenciais	170	289	(41)
Ativo Líquido - final do exercício	88.625	71.686	24
Fundos não Previdenciais	-	260	(100)
Fundos Administrativos	-	260	(100)

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - CONSOLIDADA
(Em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	Exercício findo em		Variação %
	31.12.14	31.12.13	
Fundo Administrativo do Exercício Anterior	260	483	(46)
Custeio da Gestão Administrativa	2.443	1.830	33
Receitas	2.443	1.830	33
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.087	899	21
Custeio Administrativo dos Investimentos	382	308	24
Receitas Diretas	615	553	11
Resultado Positivo dos Investimentos	7	7	-
Outras Receitas	352	63	459
Despesas Administrativas	(2.652)	(2.053)	29
Administração Previdencial	(2.270)	(1.745)	30
Pessoal e Encargos	(569)	(529)	8
Treinamentos/Congressos e Seminários	(73)	(39)	87
Viagens e Estadias	(81)	(123)	(34)
Serviços de Terceiros	(836)	(631)	32
Despesas Gerais	(584)	(398)	47
Depreciações e Amortizações	(21)	(25)	(16)
Contingências	(106)	-	-
Administração dos Investimentos	(382)	(308)	24
Pessoal e Encargos	(100)	(93)	8
Treinamentos/Congressos e Seminários	(13)	(7)	86
Viagens e Estadias	(14)	(22)	(36)
Serviços de Terceiros	(148)	(111)	33
Despesas Gerais	(103)	(70)	47
Depreciações e Amortizações	(4)	(5)	(20)
Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa	(209)	(223)	(6)
Constituição/Reversão do Fundo Administrativo	(209)	(223)	(6)
Fundo Administrativo do Exercício Atual	51	260	(80)

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

(Em R\$ mil)

PLANO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO

DESCRIÇÃO	Exercício findo em		Varição
	31.12.14	31.12.13	%
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	94.218	72.255	30
1. Provisões Matemáticas	87.897	71.128	24
1.1. Benefícios Concedidos	2.442	2.632	(7)
Contribuição Definida	2.442	2.632	(7)
1.2 Benefícios a Conceder	85.455	68.496	25
Saldo de Contas - Parcela Participantes	85.455	68.496	25
1.3 (-) Provisões Matemáticas a Constituir	-	-	
2. Equilíbrio Técnico	-	-	
3. Fundos	728	558	30
3.1. Fundos Previdenciais	728	558	30
4. Exigível Operacional	5.593	569	883
4.1 Gestão Previdencial	3.407	569	499
4.2 Investimentos - Gestão Previdencial	2.186	-	-

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O OABPrev-MG - Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional de Minas Gerais é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, constituída sob a forma de Sociedade Civil de Previdência Complementar nos termos da Lei Complementar nº 109/2001 e normas subsequentes, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e personalidade jurídica de direito privado, instituído pela Ordem dos Advogados do Brasil - OAB - Seccional de Minas Gerais. Criado em 23.11.04, o OABPrev - MG tem por objetivo executar e administrar planos de benefícios de natureza previdenciária, mediante contribuição de Participantes, de acordo com os regulamentos e leis aplicáveis. Para a consecução de seus objetivos a Entidade dispõe de recursos oriundos das contribuições de seus Participantes, de comissões e da remuneração de seus ativos.

Em observância ao artigo 14 do Código Tributário Nacional (CTN), o OABPrev-MG não distribui dividendos, aplica no país a totalidade dos seus recursos e mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros formais capazes de assegurar a sua exatidão. O Plano de Benefícios gerido pela Entidade, conforme enquadramento da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, é um Plano de Contribuição Definida (CD), registrado sob o CNPB nº. 2004003065, cujo custeio é estabelecido pelo atuário com base em avaliação atuarial e/ou quando ocorrem alterações significativas nos encargos da Entidade relativos ao referido Plano.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o OABPrev-MG possuía as seguintes quantidades de participantes e assistidos:

	31.12.14	31.12.13	Idade Média em 2014 (anos)
Ativos	6.779	7.775	39
Assistidos	28	25	46,3
Total	6.807	7.800	

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras são apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, especificamente a Resolução CNPC nº. 8/2011, sendo contempladas as alterações contidas na Resolução CNPC nº 12/2013, Instrução SPC nº. 34/2009, Instrução Previc nº. 05/2011 e Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº. 1.272/2010, que aprovou a NBC ITG 2001 - Entidade Fechada de Previdência Complementar e as práticas contábeis brasileiras. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa.

A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas às gestões previdenciais e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC TG 26.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em duas gestões distintas (Previdencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações.

Esses segmentos operacionais estão presentes nas demonstrações financeiras do Plano de Benefícios Previdenciais e do Plano de Gestão Administrativa - PGA e suas funções são as seguintes:

- **Gestão Previdencial:** registra as atividades de cunho Previdencial do plano de benefícios administrado, destinado a constituição de provisões matemáticas e de fundos, resgates e portabilidade.
- **Gestão Administrativa:** funciona como uma entidade prestadora de serviços administrativos, tendo como usuário o Plano de Benefícios Previdenciais administrado pela Entidade. É responsável pela administração plena da Entidade, possuindo ativos, passivos e resultados totalmente segregados do Plano Previdencial;
- **Investimentos:** destinado ao reconhecimento das rendas/variações positivas e deduções/variações negativas das aplicações financeiras dos recursos do Plano de Benefícios Previdenciais administrado pela Entidade e do PGA;

Outras características apresentadas nas Demonstrações Financeiras em conformidade com as normas contábeis que regem o Sistema Fechado de Previdência Complementar, são: Balancetes do Plano de Benefícios Previdenciais, do Plano de Gestão Administrativa, Balancete Auxiliar utilizado para efetuar a consolidação das Demonstrações Financeiras e Balancete Consolidado.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Entidade estão resumidas a seguir:

a. Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas

As deduções da Gestão Previdencial, receitas e despesas da Gestão Administrativa, as rendas/variações positivas e deduções/variações negativas do Fluxo de Investimento, são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

As contribuições previdenciais são registradas pelo regime de caixa, por ocasião do recebimento, conforme prazo previsto no Regulamento do Plano de Benefícios, e fundamento contábil contido no item 8.1, anexo "C" da Resolução CNPC 08/2011.

b. Provisões Matemáticas

São apuradas com base em cálculos financeiros processados por atuários contratados pela Entidade e representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder aos Participantes ou seus Beneficiários.

c. Estimativas Contábeis e Atuariais

As estimativas contábeis e atuariais foram baseadas em fatores objetivos que refletem as posições em 31 de dezembro de 2014 e 2013, com base no julgamento da Administração para determinação dos valores adequados a serem registrados nas Demonstrações Financeiras. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo, as contingências, cujas probabilidades de perdas foram classificadas como provável, no julgamento dos assessores jurídicos que patrocinam as ações.

d. Operações Administrativas

Em conformidade com a Resolução CNPC nº. 8/2011, Instrução SPC nº. 34/2010, Instrução Previc nº/2011 e Resolução CGPC nº. 29/2009, os registros das operações administrativas são efetuados no Plano de Gestão Administrativa – PGA, que possui patrimônio apartado do Plano de Benefícios Previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial e Investimentos), deduzidas das despesas específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo não caracteriza obrigações ou direitos aos Patrocinadores, Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios.

As receitas administrativas da Entidade são debitadas ao Plano Previdencial em conformidade com o Plano de Custeio vigente.

As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo, e está em conformidade com a Resolução CGPC nº. 29/2009.

e. Realizável

- Gestão Previdencial

O realizável previdencial é apurado em conformidade com o Regime de Caixa, sendo representado pelos direitos da Entidade relativos às contribuições dos Participantes.

- Gestão Administrativa

O realizável da Gestão Administrativa é apurado em conformidade com o Regime de Competência, sendo representado pelos valores a receber decorrentes de operações de natureza administrativa.

- Fluxo dos Investimentos

Os recursos garantidores do OABPrev-MG estão aplicados em Fundos de Investimentos. As quotas de fundos de investimento estão registradas ao valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data das Demonstrações Financeiras, com base no valor da quota do patrimônio.

f. Permanente

- Imobilizado

Os Bens que compõem o Imobilizado são depreciados pelo método linear de acordo com a vida útil, estimada na data da aquisição, às seguintes alíquotas anuais:

Descrição	Alíquota Anual
Móveis, Utensílios, Máquinas e Equipamentos de Uso	10%
Computadores e Periféricos	20%

g. Exigível Operacional

Os exigíveis são registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, estando representados pelas obrigações decorrentes dos direitos aos benefícios pelos Participantes, salários dos empregados da Entidade, prestação de serviços por terceiros, investimentos, operações com Participantes e obrigações fiscais e tributárias.

h. Exigível Contingencial

São registrados os valores das ações contra a Entidade, classificadas pelos seus assessores jurídicos como perda provável, e ações movidas pela mesma com a realização de depósitos judiciais.

i. Critério para Constituição e Reversão das Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios Previdenciais foram calculadas de acordo com a base de dados cadastrais de Participantes e Assistidos, na data base de Avaliação, considerando também as hipóteses biométricas e demográficas (mortalidade/sobrevivência), bem como as premissas econômicas e financeiras. As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder estão registradas em conformidade com os relatórios atuariais.

j. Critério para Constituição e Reversão do Fundo Administrativo

O Fundo Administrativo destina-se à cobertura das despesas administrativas do Plano de Benefícios Previdenciais, caso ocorram insuficiências administrativas, em conformidade com o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade. É constituído pela sobra e revertido pela insuficiência de recursos administrativos.

4. DISPONÍVEL

Registra as disponibilidades existentes no Fundo Fixo de Caixa e nas contas correntes bancárias, reconhecidas por seus valores em moeda nacional, conforme demonstrado:

	31.12.14	31.12.13
Fundo Fixo de Caixa	1	-
Banco do Brasil	1.500	52
Banco Itaú	2.313	7
Banco Santander	3.107	19
Total (R\$mil)	6.920	78

5. REALIZÁVEL – GESTÃO PREVIDENCIAL

Apresenta em 2014 o valor de R\$ 367 mil (em 2013 não apresentava saldo), relativo a antecipação de custeio para Plano de Gestão Administrativa, conforme autorização da Diretoria Executiva e conhecimento do Conselho Deliberativo da Entidade. A opção de antecipação pela Gestão da Entidade do custeio administrativo do Plano Previdencial ao Plano de Gestão Administrativa ocorreu em virtude da insuficiência de saldo do Fundo Administrativo a partir do mês de abril/2014. Os valores antecipados estão sendo corrigidos pela rentabilidade mensal da cota do Plano de Benefícios Previdenciais. O quadro a seguir demonstra os meses que ocorreram as antecipações de custeio administrativo bem como as referidas atualizações.

MÊS	ANTECIPAÇÃO DE CUSTEIO			SALDO ATUALIZADO PELA COTA		
	EM R\$	VALOR DA COTA	QTDE DE COTAS	EM R\$	VALOR DA COTA	QTDE DE COTAS
abr/14	262.438,13	2,113381405	124.179,26	262.438,13	2,113381405	124.179,26
mai/14		2,132789794	-	264.848,25	2,132789794	124.179,26
jun/14		2,155600495	-	267.680,87	2,155600495	124.179,26
jul/14		2,169856524	-	269.451,17	2,169856524	124.179,26
ago/14		2,213756798	-	274.902,67	2,213756798	124.179,26
set/14		2,193018004	-	272.327,34	2,193018004	124.179,26
out/14	20.000,00	2,211648252	9.043,03	294.640,83	2,211648252	133.222,29
nov/14	10.000,00	2,235682532	4.472,91	307.842,74	2,235682532	137.695,19
dez/14	60.000,00	2,229845789	26.907,69	367.039,04	2,229845789	164.602,88

6. REALIZÁVEL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

Registra os valores a receber decorrentes de operações da Gestão Administrativa no exercício, conforme discriminados a seguir.

	31.12.14	31.12.13
Contribuições para Custeio	1.195	126
Outros Recursos a Receber	408	-
Depósitos Judiciais Recursais	29	-
Total (R\$mil)	1.632	126

a. Contribuições para custeio

Referem-se a valores a receber relativos às contribuições para o custeio administrativo relativos ao exercício social de 2014 previstas no Plano de Custeio Anual.

b. Outros Recursos a Receber

A rubrica contábil "Outros Recursos a Receber" da Gestão Administrativa está representada por valores de tributos relativos ao Plano Previdencial que foram quitados no PGA, no valor de R\$ 56 mil, e pela antecipação de custeio a receber do Plano Previdencial para o PGA, no valor de R\$ 352 mil (vide nota explicativa nº 5).

c. Depósitos Judiciais/Recursais

Refere-se a valores depositados em juízo relativos a recolhimento de PIS/Cofins sobre receita administrativa mensal, que são alvos de questionamento judicial.

7. REALIZÁVEL – INVESTIMENTOS

A carteira de investimentos da Entidade possui gestão compartilhada entre o Plano de Benefícios Previdenciais e o Plano de Gestão Administrativa. Os títulos encontram-se custodiados em instituições financeiras, na central de custódia e liquidação de títulos privados - CETIP, no sistema especial de liquidação e custódia - SELIC e na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC. O OABPrev - MG possuía os seguintes investimentos em garantia das reservas técnicas:

	31.12.14	31.12.13
Fundos de Investimentos	89.164	72.255
Total (R\$mil)	<u>89.164</u>	<u>72.255</u>

8. PERMANENTE

Encontra-se em conformidade com o Plano de Contas Padrão utilizado pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar, apresentado no anexo "B" da Resolução CNPC nº 08/2011. O Ativo Permanente está registrado no Plano de Gestão Administrativa. O quadro a seguir apresenta a abertura dos saldos dos itens

	31.12.14	31.12.13
Permanente (R\$mil)	36	101
Imobilizado	36	101
Operacional Corpóreo	36	101
Móveis e Utensílios	3	44
Custo	27	69
Depreciação	(24)	(25)
Equipos. de Informática	8	41
Custo	10	80
Depreciação	(2)	(39)
Máquinas e Equipos.	25	16
Custo	70	26
Depreciação	(45)	(10)

9. EXIGÍVEL OPERACIONAL

a. Gestão Previdencial

Registra os valores de benefícios a pagar aos Assistidos do Plano de Benefícios, retenções e valores a repassar da Gestão Previdencial, cujos saldos contábeis eram os seguintes:

	31.12.14	31.12.13
Retenções a Recolher	454	40
Recursos Antecipados	435	-
Outras Exigibilidades	2.518	529
Total (R\$mil)	3.407	569

Os valores alocados na rubrica “Retenções a Recolher” referem-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte sobre folha de benefícios e resgates. Na rubrica “Recursos Antecipados” estão registrados os recursos de contribuições recebidas e não identificadas no decorrer do exercício social de 2014.

O grupo contábil “Outras Exigibilidades” apresenta o registro dos recursos relativos a Taxa de Administração do Plano Previdencial a repassar para o Plano de Gestão Administrativa, no valor de R\$ 1.285 mil (R\$ 122 mil em 31.12.13), e valores relativos a contribuições de risco efetuadas pelos Participantes que deverão ser repassados para a Mongeral no valor de R\$ 1.233 mil (R\$ 358 mil em 31.12.13).

b. Gestão Administrativa

Registra as despesas a pagar relativas ao Plano de Gestão Administrativa (PGA). Os saldos contábeis apresentam a seguinte composição:

	31.12.14	31.12.13
Contribuições e Encargos a Recolher	33	10
Fornecedores	2	-
Provisão de Férias	17	23
Retenções a Recolher	14	6
Outras Exigibilidades	1	-
Total (R\$mil)	67	39

c. Investimentos

Os valores registrados no Exigível Operacional dos Investimentos, na rubrica “Relacionados com o Disponível”, referem-se aos saldos bancários credores que serão regularizados após a transferência dos recursos relativos ao custeio administrativo do Plano de Benefícios Previdenciais para o Plano de Gestão Administrativa.

10. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

O OABPrev está envolvido em demanda judicial (Mandato de Segurança), que aborda o recolhimento do PIS e da Cofins sobre as receitas decorrentes do exercício de suas atividades. A Entidade possui registro no Plano de Gestão Administrativa do processo judicial em andamento questionando a base de incidência dos referidos tributos sobre as receitas. Com base no posicionamento dos assessores jurídicos que patrocinam a ação a Entidade vem depositando mensalmente em juízo os valores apurados. O saldo do Exigível Contingencial em 31.12.14 é de R\$ 106 mil (não havia saldo no exercício social de 2013).

11. PATRIMÔNIO SOCIAL - PROVISÕES MATEMÁTICAS

Registra o valor das provisões atuariais correspondentes ao somatório das contas individuais dos Participantes do Plano de Benefícios Previdenciais.

Os estudos atuariais do Plano de Benefícios são elaborados pela Rodarte Nogueira Consultoria em Estatística e Atuária, com base no Regulamento do Plano e nas informações cadastrais dos Participantes e Assistentes. Com base nos estudos mencionados, a empresa contratada determina o valor das Provisões Matemáticas do Plano e emite o seu Parecer Atuarial.

Indicadores

- a) Indexador Econômico: INPC/IBGE / Cota Patrimonial
- b) Taxa anual de juro atuarial: 4,75% a.a.
- c) Crescimento real médio dos salários: não aplicável;
- d) Crescimento real médio dos benefícios do Plano: não aplicável
- e) Inflação anual futura estimada: não aplicável

Fator de Capacidade

O fator de capacidade reflete o impacto da deterioração pela inflação de valores monetários entre duas datas-base de reajuste.

- a) Capacidade Salarial: não aplicável;
- b) Capacidade do Benefício: não aplicável.

Hipóteses Biométricas e Demográficas Biométrica (Ativos, Aposentados e Pensionistas)

- a) Mortalidade Geral: AT-2000 Basic (por sexo)
- b) Entrada em Invalidez: não aplicável
- c) Mortalidade de Inválidos: AT-83 (por sexo)

Demográfica (Ativos)

- a) Rotatividade: não aplicável
- b) Geração Futura: não aplicável

Outras Hipóteses

a) Entrada em Aposentadoria: 100% dos Participantes Ativos se aposentarão quando se habilitarem ao benefício regulamentar

b) Composição familiar: considera-se a estrutura familiar informada. Por se tratar de um plano estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD), vale ressaltar que as hipóteses atuariais não são utilizadas para apuração das obrigações do Plano de Benefícios junto a seus Participantes, mas sim para o cálculo das rendas mensais por equivalência atuarial, ou seja, as hipóteses são utilizadas para se apurar o valor do benefício mensal, quando de sua concessão e em seu recálculo anual. A hipótese relativa à taxa de juros é também utilizada para fins de análise da rentabilidade auferida pelos recursos garantidores do Plano de Benefícios, por compor o índice de referência atuarial em conjunto ao indexador de inflação.

O detalhamento das rubricas contábeis que compõem os saldos das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e Benefícios a Conceder em 31 de dezembro de 2014 e 2013, que compõem o Plano de Benefício Previdencial, estão apresentadas na Demonstração das Provisões Técnicas.

12. RECEITAS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Os custos administrativos da Gestão Previdencial no exercício de 2014 totalizaram R\$ 2.270 mil (R\$1.745 mil em 2013) e o da Gestão de Investimentos R\$ 382 mil (R\$ 308 mil em 2013). A alocação das despesas foi realizada de acordo com o critério de rateio estabelecido entre a Administração Previdencial e a Administração dos Investimentos (85% das despesas totais para a Gestão Previdencial e 15% para Gestão dos Investimentos). O detalhamento das despesas administrativas está apresentado na Demonstração do Plano de Gestão Administrativa.

As receitas oriundas do Plano de Gestão Previdencial no exercício de 2014 totalizaram R\$ 2.443 mil e seu detalhamento está apresentado na Demonstração do Plano de Gestão Administrativa.

13. FUNDOS - PREVIDENCIAIS E ADMINISTRATIVOS

O Fundo da Gestão Administrativa (Fundo Administrativo) é constituído ou desconstituído pelas receitas oriundas da Gestão Previdencial e Resultado dos Investimentos Administrativos, deduzidas das despesas administrativas e contingências da administração previdencial e dos investimentos.

A partir do exercício social de 2010, fundamentado pela exigência legal apresentada na Resolução CGPC nº 28/2009, alterada pela Resolução CNPC 08/2011 e na Instrução SPC nº 34/2009, o OABprev passou a apresentar no ativo do plano previdencial administrado a participação do plano no Fundo Administrativo, tendo como contrapartida o mesmo valor no Patrimônio Social do plano previdencial. Essa participação não representa direito a receber do Plano previdencial, devendo ser observado o regulamento do Plano de Gestão Administrativa aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

Conforme relatado na nota explicativa nº 5 no mês de abril/2014, houve a necessidade de adiantamento de custeio pelo Plano de Benefícios Previdenciais, no valor de R\$ 262 mil, em virtude da insuficiência de saldo ocorrida na Gestão Administrativa. Nos meses de outubro, novembro e dezembro foram efetuados novos adiantamentos de custeio pelo Plano de Benefícios Previdenciais, no valor de R\$ 90 mil, para suprir a nova insuficiência do Fundo administrativo.

14. EQUILÍBRIO DO PLANO

O Plano de Benefícios Previdenciais encontra-se em equilíbrio financeiro-atuarial, tendo em vista que está estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD), em que a contribuição mensal é conhecida previamente, através de uma fórmula definida, e o benefício de aposentadoria programada somente é conhecido no instante da concessão, sendo calculado com base no saldo acumulado das contribuições dos Participantes, e do retorno dos investimentos destes recursos, possuindo, portanto, parcelas de riscos financeiros e atuariais.

Ressaltamos que os resultados da avaliação atuarial são sensíveis às variações das hipóteses e premissas utilizadas nos cálculos. Assim, modificações futuras nas experiências observadas implicarão em variações substanciais nos resultados atuariais.

15. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em atendimento à legislação contábil aplicável ao segmento fechado de previdência complementar as demonstrações financeiras devem ser apresentadas segregadas por Plano de Benefícios Previdenciais e Plano de Gestão Administrativa e, também, consolidadas. O OABprev ao efetuar a consolidação das Demonstrações Financeiras de 31.12.14, anulou através do Balancete Auxiliar, a seguinte operação por apresentar reflexo de duplicidade no patrimônio consolidado da Entidade:

Conta Contábil	Participação no PGA Nomenclatura da Conta	Valor (R\$mil)
1.2.2.3	Participação no Plano de Gestão Administrativa	51
2.3.2.2.02	Participação no Plano de Gestão Administrativa	51

16. ADMINISTRAÇÃO E CUSTÓDIA DOS INVESTIMENTOS

Os investimentos dos recursos garantidores do Plano de Benefícios administrados pela Entidade foram efetivados, no exercício de 2014, em estrita observância à Resolução CMN nº 3.792/09, atualizada pela Resolução CMN nº 3.846/10, e à Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo, com o apoio de Consultoria Financeira Externa.

* * *

DIRETORIA

ARMANDO QUINTÃO BELLO DE OLIVEIRA JUNIOR, Diretor Presidente
 RAQUEL DE OLIVEIRA SOUZA E SANTIAGO, Diretora Vice-Presidente
 BERNARDO COELHO DE ANDRADE, Diretor Administrativo e Financeiro
 GUILHERME VILELA DE PAULA, Diretor de Investimentos e Relações com o Mercado
 FERNANDO FERREIRA CALAZANS, Diretor de Seguridade

CONTADOR RESPONSÁVEL

GERALDO DE ASSIS SOUZA JÚNIOR, CRCMG - 069483/O-9



www.fmotta.com.br
 RUA SANTA RITA DURÃO, 444 - 3º ANDAR - FONE: (0xx) 31 3221-3500
 FAX: 3221-1177 - 30140-110 - BELO HORIZONTE - MG
 AV. ALMIRANTE BARROSO, 63 - C/2004 - FONE: (0xx) 21 2262-1099
 FAX: 2262-3430 - 20031-003 - RIO DE JANEIRO - RJ

REL-15/029

B. Horizonte, 23.03.15

Ao

**FUNDO DE PENSÃO MULTIPATROCINADO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
 SECCIONAL DE MINAS GERAIS – OABPrev-MG**

Nesta

Senhores Diretores,

AUDITORIA EXTERNA - Relatório – Vimos submeter à superior apreciação de V.Sas. o
 nosso relatório sobre as Demonstrações Financeiras em
 31 de dezembro de 2014.

Nesta oportunidade, registramos nossos agradecimentos pelo atendimento dispensado
 aos nossos auditores, no decorrer dos trabalhos.

Atenciosamente,

FERNANDO MOTTA & ASSOCIADOS
 Auditores Independentes


Olavo Henrique Segato
 Supervisor de Auditoria


Nilton José Ribeiro
 Diretor

REL-15/029

2

No decorrer de nossos exames, efetuamos a validação dos saldos contábeis, avaliação da efetividade dos procedimentos de Controles Internos pertinentes, bem como aplicamos testes substantivos e de aderência em relação às seguintes áreas e/ou rubricas contábeis:

1. Disponível - Bancos - Conta Movimento

Apresenta um saldo de R\$6.918,798 que conjugado com o saldo da rubrica Exigível Operacional - Investimento - Relacionados com o Disponível, no valor de R\$5.862.801, tem-se o líquido de R\$1.055.997 que corresponde ao saldo contábil total em contas correntes bancárias, cujos extratos das instituições financeiras foram confrontados com o Razão e constatada a sua adequação.

A demonstração de valores no Exigível Operacional - Investimentos - Relacionados com o Disponível decorre do fato de ser utilizada uma única conta bancária, tanto para o PGA como para o Previdencial e, no mês de dezembro/2014, por não ter recursos suficientes para cobrir suas despesas o PGA, utilizou recursos do Previdencial.

2. Realizável - Gestão Previdencial

O saldo desta rubrica representa a antecipação de custeio para o Plano de Gestão Administrativa, conforme descrito na Nota Explicativa nº 5 das Demonstrações Financeiras.

3. Realizável - Gestão Administrativa

Validamos o saldo da rubrica Contas a Receber - Contribuições para Custeio - Custeio Administrativo - Participantes a Receber do Previdencial, através dos controles extracontábeis e constatamos a sua adequação.

Quanto à rubrica Outros Recursos a Receber, refere-se a valores a receber do Plano PBPA e recursos a receber relativos a empréstimo do PBPA ao PGA, conforme descrito nas Notas Explicativas de nº 5 e 6.b das Demonstrações Financeiras.

4. Realizável - Gestão Administrativa - Investimentos - Fundos de Investimentos

Validamos os saldos contábeis analíticos dos fundos de investimento, mediante confronto dos mesmos com os relatórios de carteira diária emitidos pelas Administradoras de Investimentos, não tendo sido constatadas anormalidades.

5. Exigível Operacional - Gestão Previdencial

Validamos os saldos contábeis, representados pelas rubricas Retenções a Recolher, Recursos Antecipados, Retenções a Repassar e Outras Exigibilidades, através de testes de liquidação subsequente de valores provisionados e/ou confronto com controles extracontábeis e não constatamos anormalidades, exceto quanto ao fato de não ter sido provisionado os encargos de mora legais devidos pelo não recolhimento de IRRF, no montante de R\$21.266. Recomendamos a observância do Regime de Competência em eventuais e futuros casos dessa natureza.

Quanto à rubrica Recursos Antecipados, representa as contribuições previdenciárias recebidas com a origem ainda não identificada, em decorrência de mudança do Sistema de Gestão da OABPrev ocorrida em 2014. Para regularização dessa situação foi contratada a consultoria atuarial Rodarte Nogueira, cujos trabalhos encontra-se em andamento.

6. Exigível Operacional - Gestão Administrativa

Examinamos os saldos contábeis mais expressivos constantes desta rubrica, representados por Contribuições e Encargos Sociais a Recolher, Provisão de Férias e Encargos s/ Provisão de Férias.

Com relação às Contribuições e Encargos Sociais a Recolher, constatamos que as contas analíticas INSS e FGTS apresentam-se com seus saldos distorcidos pela falta de regularização de pendências evidenciadas nas respectivas composições de saldos, bem como a existência de valores não recolhidos para os quais não foram provisionados os encargos de mora legais.

Ainda, constatamos que o INSS sobre o 13º Salário provisionado, no valor de R\$11.185, não foi recolhido até a data de nossos exames, devido à falta da GPS que deixou de ser enviada ao Financeiro da OABPrev pela empresa terceirizada responsável pela folha de pagamento.

Com relação à Provisão de Férias, confrontamos o saldo contábil, com o controle extracontábil exercido sobre esse Passivo, e constatamos que o mesmo apresenta-se a menor em R\$12.764, situação que recomendamos seja regularizada.

7. Exigível Operacional - Investimentos

Quanto a esta rubrica, vide o descrito no Tópico 1 deste Relatório.

8. Exigível Contingencial

O saldo desta rubrica refere-se à provisão de PIS e Cofins, não obstante tenhamos constatado a existência de outra contingência passível de provisionamento.

REL-15/029

4

Reiteramos a recomendação contida em nosso Relatório REL-13/008, de 08.02.13, Tópico 4, no sentido de efetuar a provisão do valor de uma demanda onde a OABPrev figura como Ré, no valor de R\$14.050, com prognóstico de perda provável, segundo informação fornecida pelo assessor jurídico externo, Pimentel e Associados Advocacia, em 11.03.15.

9. Patrimônio Social - Patrimônio de Cobertura do Plano e Fundos

Relativamente às provisões matemáticas, obtivemos o Parecer do Atuário, datado de 13.03.15, e confrontamos com os saldos das mesmas e confirmamos que a variação do exercício findo em 31.12.14 foi devidamente contabilizada no Balancete de Gestão Previdencial. Verificamos também a adequada movimentação ocorrida nos Fundos Previdencial e Administrativo.

Cabe salientar que o referido Parecer Atuarial ressaltou o resultado da avaliação atuarial do Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado - PBPA, recomendando a realização de nova avaliação atuarial, tão logo sejam encerrados os trabalhos para implantação do Sistema de Gestão da Entidade e auditoria dos valores dos saldos das contas. Ainda não se conseguiu realizar a validação dos dados importados para o novo Sistema, existindo uma divergência no valor de R\$321.080 entre as Provisões Matemáticas constantes do Balancete e aquelas apuradas de acordo com a base de dados encaminhada ao Atuário.

Outro fato a salientar refere-se ao deprecimento do Fundo Administrativo - PGA que passou de R\$ 259.942, em 31.12.13, para R\$ 50.551, no final do exercício de 2014, evidenciando-se a necessidade de uma revisão na Taxa de Administração que custeia o PGA, bem como maiores esforços na redução de despesas administrativas.

10. Plano de Gestão Administrativa - Revisão analítica

Analisamos as variações ocorridas no exercício de 2014, observando uma evolução normal e sem alterações que fizessem jus a reparos.

11. Orçamento

Relativamente ao acompanhamento orçamentário das atividades Administrativa (PGA), Investimentos e Previdencial, reiteramos a recomendação contida em nosso Relatório 13/008, de 08.02.13, (Tópico 7), no sentido de seu aprimoramento, ou seja, formalização das análises efetuadas com comentários, ainda que sucintos, sobre as causas que motivaram variações relevantes na comparação entre os valores orçados e os realizados.

REL-15/029

5

CONCLUSÃO

Os trabalhos auditoriais, na data-base de 31.12.14, levados a efeito junto à OABPrev-MG, à base de amostragem e relevância, não evidenciaram casos que pudessem ser considerados como deficiência e/ou ineficácia de controles internos, bem como descumprimento de normas legais e regulamentares, exceto quanto ao mencionado nos tópicos 5, 6 e 8 e 9 deste Relatório.

* * *

PARECER ATUARIAL



RN/149/2015/OABPREV-MG

Belo Horizonte, 13 março de 2015.

Ao
Sr. Armando Quintão Bello de Oliveira Júnior
Presidente do
OABPrev – Fundo Multipatrocinado da OAB, Seccional de Minas Gerais

Prezado Senhor,

Apresentamos, em anexo, Parecer Atuarial referente ao Balancete Patrimonial de 31.12.2014 do Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado.

Permanecemos à disposição para qualquer esclarecimento que se faça necessário.

Atenciosamente,

Rodarte Nogueira – consultoria em estatística e atuária
CIBA nº 070



Thiago Fialho de Souza
Coordenador Técnico de Previdência
MIBA/MTE Nº 2.170



Paulo José Gouvêa da Gama
Responsável Técnico Atuarial
MIBA/MTE Nº 978

Fundo Multipatrocinado da OAB, seccional de Minas Gerais – OABPrev-MG
 Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado - PBPA
 CNPB nº 2004.0030-65

Parecer Atuarial sobre o Balancete de 31.12.2014

O Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado - PBPA é um plano de caráter previdenciário estruturado na modalidade de Contribuição Definida, conforme normatização expressa na Resolução CGPC nº 16, de 22.11.2005.

As Provisões Matemáticas desse Plano, registradas no Balancete de encerramento do exercício de 2014, foram determinadas a partir dos resultados da Provisão Matemática de 31.12.2014, elaborada por esta consultoria, e seus valores correspondem aos indicados na tabela abaixo, que demonstra a composição do Patrimônio Social, do Patrimônio de Cobertura do Plano, das Provisões Matemáticas e dos Fundos do PBPA, em 31.12.2014, de acordo com o Plano de Contas previsto na Resolução CNPC nº 08/2011:

TABELA 1 – PATRIMÔNIO SOCIAL DO PLANO PBPA

		Valores em 31.12.2014 (R\$)
2.3	PATRIMÔNIO SOCIAL	88.675.207
2.3.1	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	87.896.558
2.3.1.1	PROVISÕES MATEMÁTICAS	87.896.558
2.3.1.1.01	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	2.441.571
2.3.1.1.01.01	CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	2.441.571
2.3.1.1.01.01.01	SALDO DE CONTAS DOS ASSISTIDOS	2.441.571
2.3.1.1.02	BENEFÍCIOS A CONCEDER	85.454.986
2.3.1.1.02.02	CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	85.454.986
2.3.1.1.02.02.01	SALDO DE CONTAS – PARCELA PATROCINADOR(ES)/INSTITUIDOR(ES)	-
2.3.1.1.02.02.02	SALDO DE CONTAS – PARCELA PARTICIPANTES	85.454.986
2.3.1.1.03	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	-
2.3.1.2	EQUILÍBRIO TÉCNICO	-
2.3.1.2.01	RESULTADOS REALIZADOS	-
2.3.1.2.02	RESULTADOS A REALIZAR	-
2.3.2	FUNDOS	778.649
2.3.2.1	FUNDOS PREVIDENCIAIS	728.098
2.3.2.2	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	50.551
2.3.2.3	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	-

Comparando as Provisões Matemáticas do Plano de Benefício PBPA registradas no Balancete 31.12.2014 com os dados disponibilizados para a Avaliação Atuarial de 2014, observou-se uma incompatibilidade entre as Provisões Matemáticas apontadas no balancete, R\$ 87.896.558,00, e aqueles apurados pela base de dados encaminhada, R\$ 95.234.094,00.

Considerando os ajustes necessários realizados, em que foi expurgado da base os saldos de contas dos participantes classificados nas situações encerrado, resgate e portabilidade, bem como a aplicação da cota obtida para dezembro/2014, apuramos uma Provisão Matemática de R\$ 88.217.638,00, valor que ainda diverge do lançado no balancete em R\$ 321.080,00, ou 0,37% das Provisões Matemáticas registradas.

Essas divergências decorrem da implantação, ainda em curso, de novo sistema de gestão de informações. Ao que tudo indica o prestador de serviços, ainda não conseguiu realizar a validação dos dados importados para o novo sistema, fato que contribuiu nas inconsistências apontadas.

Com vistas de solucionar a situação, a Entidade vem envidando esforços nesse sentido, como se pode verificar pelas contratações de prestadores de serviço para sanar essas inconsistências bem como realização de auditoria dos saldos de contas dos participantes, trabalhos ainda em curso.

1. Hipóteses Econômicas e Financeiras

Nessa avaliação foram utilizadas as seguintes hipóteses, regimes financeiros e métodos atuariais, que atendem à legislação pertinente e são considerados razoáveis tendo em vista às características da massa participante e às expectativas do mercado econômico-financeiro:

1.1. Indicadores

- a) Indexador Econômico¹: *INPC/IBGE / Cota Patrimonial*;
- b) Taxa anual de juro atuarial²: *4,75% a.a.*;
- c) Crescimento real médio dos salários: *não aplicável*;
- d) Crescimento real médio dos benefícios do Plano: *não aplicável*;
- e) Inflação anual futura estimada: *não aplicável*;

1.2. Fator de Capacidade

O fator de capacidade reflete o impacto da deterioração pela inflação de valores monetários entre duas datas-base de reajuste.

- a) Capacidade Salarial: *não aplicável*;
- b) Capacidade do Benefício: *não aplicável*.

2. Hipóteses Biométricas e Demográficas

2.1. Biométrica (Ativos, Aposentados e Pensionistas)

- a) Mortalidade Geral³: *AT-2000 Basic (por sexo)*;
- b) Entrada em Invalidez: *não aplicável*;
- c) Mortalidade de Inválidos³: *AT-83 (por sexo)*;

¹ Para reajuste do Benefício Mínimo Mensal de Referência (BMMR) e atualização dos saldos das contas, respectivamente.

² Utilizada no cálculo do fator atuarial para determinação da renda mensal de aposentadoria.

³ Utilizada no cálculo do fator atuarial para determinação da renda mensal por prazo indeterminado.

2.2. Demográfica (Ativos)

- a) Rotatividade: *não aplicável*;
- b) Geração Futura: *não aplicável*.

3. Outras Hipóteses

- a) Entrada em Aposentadoria: *100% dos Participantes Ativos se aposentarão quando se habilitarem ao benefício regulamentar*;
- b) Composição familiar³: *considera-se a estrutura familiar informada*.

4. Regimes Financeiros e Métodos Atuariais

Os regimes financeiros e os métodos atuariais têm por objetivo estabelecer a forma de acumulação dos recursos garantidores dos benefícios previstos pelo plano, ou seja, o modo de financiar esses benefícios.

Na avaliação de benefícios estruturados na modalidade de Contribuição Definida, adota-se o **Método de Capitalização Individual (ou Financeira)**, visto que os benefícios são obtidos a partir da capitalização das contribuições efetuadas no período decorrido entre a data de ingresso do participante no plano e a data de sua aposentadoria.

Neste caso, o Custo Normal equivale ao valor estimado das contribuições dos participantes definidas no plano para o próximo exercício e o Passivo Atuarial será equivalente ao saldo de conta acumulado.

A estabilidade do custo no caso da adoção de método de Capitalização Individual dependerá apenas das regras de cálculo das contribuições estabelecidas pelo plano avaliado.

5. Custeio dos Benefícios e Administrativo

O custeio dos benefícios assegurados pelo PBPA será atendido por contribuições dos Participantes, bem como pelo rendimento líquido das aplicações desses recursos. As contribuições dos Participantes compreendem:

- a) **Contribuição Básica:** de caráter mensal, bimestral, semestral e anual obrigatória, terá seu valor livremente escolhido pelo Participante, observado o mínimo de R\$ 100,00 (cem reais), em junho de 2009. Tanto a contribuição básica quanto o valor mínimo serão atualizados anualmente no mês de junho pela variação do INPC/IBGE;
- b) **Contribuição Eventual:** facultativa, corresponderá a um valor livremente escolhido pelo Participante ou pelo seu Empregador, mediante instrumento contratual específico, respeitado o valor mínimo da contribuição básica previsto na alínea anterior;
- c) **Contribuição de Risco:** obrigatória e mensal, corresponderá a um valor calculado atuarialmente pela seguradora, em função do valor da Parcela Adicional de Risco – PAR e da idade do participante, e será paga ao OABPrev e repassada à sociedade seguradora contratada;
- d) **Contribuição Educacional:** Mediante solicitação por escrito à OABPrev-MG, em formulário próprio, se tornando a partir dessa opção, de caráter mensal e obrigatória, corresponderá a um valor livremente escolhido pelo Participante, observando o valor mínimo de R\$ 60,00 (sessenta reais) em junho de 2009.

Para o exercício de 2014, as taxas de carregamento e administração adotadas, em conformidade com a Resolução CGPC nº 29 de 31.08.2009, foram mantidas nos seguintes percentuais:

- a) **Taxa de carregamento:** 0,0% (zero por cento);
- b) Participantes com até 7.000 cotas:
 - **Taxa de administração:** 1,75% a.a.;
- c) Participantes com mais de 7.000 cotas:
 - **Taxa de administração:** 1,75% a.a. para o saldo até 7.000 cotas; e
0,75% a.a. para o saldo que exceder a 7.000 cotas.
- d) Taxa de resgate de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor do saldo de conta resgatado, líquido do IR;
- e) Pró-labore oriundo da comercialização de seguros por morte e invalidez total e permanente, conforme contrato estabelecido entre a seguradora e a Entidade;
- f) Multa de 2% (dois por cento) e juros de 1% a.m. (um por cento ao mês) sobre o valor das contribuições devidas, conforme previsão regulamentar;
- g) Receita oriunda do retorno dos investimentos, equivalente ao rateio de 15% (quinze por cento) das despesas administrativas, conforme decisão do Conselho Deliberativo, ainda em vigor, de 27.08.2012.

6. Considerações Finais

Quanto à situação econômico-financeira, destaca-se que em planos estruturados na modalidade de Contribuição Definida não é prevista a formação de superávit ou déficit técnico, visto que todos os ganhos ou perdas são repassados para saldo de conta dos participantes, que são mantidos atualizados pela variação da cota patrimonial.

Comparando as Provisões Matemáticas do Plano de Benefício PBPA registradas no Balancete 31.12.2014 com os dados disponibilizados para a Avaliação Atuarial de 2014, observa-se uma incompatibilidade entre as provisões Matemáticas apontadas no balancete, R\$ 87.896.558,00, e aqueles apurados pela base de dados encaminhada, R\$ 95.234.094,00.

Considerando os ajustes necessários realizados, em que foi expurgado da base os saldos de contas dos participantes classificados nas situações: encerrado, resgate e portabilidade, bem como a aplicação da cota obtida para dezembro/2014. Apurou-se uma Provisão Matemática de R\$ 88.217.638,00, valor que ainda diverge do lançado no balancete em R\$ 321.080,00, ou 0,37% das Provisões Matemáticas registradas.

Essas divergências decorrem da implantação, ainda em curso, de novo sistema de gestão de informações. Ao que tudo indica o prestador de serviços, ainda não conseguiu realizar a validação dos dados importados para o novo sistema, fato que contribuiu nas inconsistências apontadas.

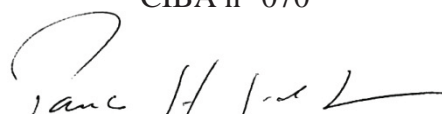
Com vistas de solucionar a situação, a Entidade vem envidando esforços nesse sentido, como se pode verificar pelas contratações de prestadores de serviço para sanar essas inconsistências bem como realização de auditoria dos saldos de contas dos participantes, trabalho ainda em curso.

Em virtude da situação observada, conforme Balancete Patrimonial de 31.12.2014 e base de dados fornecida, ressalva-se o resultado da avaliação atuarial do Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado – PBPA, recomendando-se a realização de nova avaliação atuarial tão logo sejam encerrados os trabalhos para implantação do sistema da Entidade e auditoria dos valores dos saldos de contas.

Este é o parecer.

Belo Horizonte, 13 de março de 2015.

Rodarte Nogueira - consultoria em estatística e atuária
CIBA nº 070


Paulo José Gouvêa da Gama
Responsável Técnico Atuarial
MIBA/MTE Nº 978

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Parecer do Conselho Fiscal sobre as Demonstrações Contábeis do exercício financeiro de 2014


Em consonância com o Estatuto (art. 45) do OABPREV-MG e em atendimento ao Anexo C – Normas Gerais, item 19, letra “i”, da Resolução do MPS/CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, alterada pela Resolução do MPS/CGPC nº 1, de 03 de março de 2011, com base na análise efetuada nas Demonstrações Contábeis de encerramento do exercício financeiro de 2014, consubstanciada pelo Parecer Atuarial emitido pela empresa **Rodarte Nogueira Consultoria e Atuária (CNPJ-MF 03.950.991/0001-61)**, responsável técnica pelo Plano de Benefícios (CNPB 20.040.030-65), bem como pelo Parecer do Auditor Independente emitido pela empresa **Fernando Motta e Associados (CNPJ-MF 17.508.672/0001-05)**, aprovamos as referidas Demonstrações Contábeis do exercício 2014 e Parecer Atuarial de 2014.

Belo Horizonte, 30 de Março de 2015.

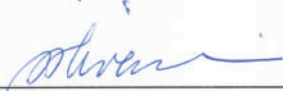
Conselho Fiscal



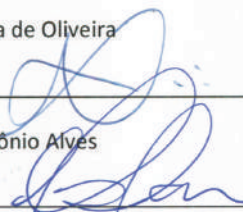
Marcos Antônio Pires de Moraes



Rosemary Mafra Nunes Leite



Ivone Paula de Oliveira



Marco Antônio Alves

Marcelo Barroso Lima Brito de Campos

OABPREV.COM.BR

Av. Getúlio Vargas, 1300 . Conj. 1701 . Funcionários . Belo Horizonte MG . 30112-021. 55 31 2125 6400

 **AB Prev**
MINAS GERAIS ISO 9001

PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

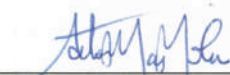
Parecer do Conselho Deliberativo sobre as Demonstrações Contábeis do exercício financeiro de 2014

Em consonância com o Estatuto (art. 45) do OABPREV-MG e em atendimento ao Anexo C – Normas Gerais, item 19, letra “i”, da Resolução do MPS/CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, alterada pela Resolução do MPS/CGPC nº 1, de 03 de março de 2011, com base na análise efetuada nas Demonstrações Contábeis de encerramento do exercício financeiro de 2014, consubstanciada pelo Parecer Atuarial emitido pela empresa **Rodarte Nogueira Consultoria e Atuária (CNPJ-MF 03.950.991/0001-61)**, responsável técnica pelo Plano de Benefícios (**CNPB 20.040.030-65**), bem como pelo Parecer do Auditor Independente emitido pela empresa **Fernando Motta e Associados (CNPJ-MF 17.508.672/0001-05)**, aprovamos as referidas Demonstrações Contábeis do exercício 2014 e Parecer Atuarial de 2014.

Belo Horizonte, 30 de Março de 2015.

Conselho Deliberativo

TITULARES:



Antônio Marcos Nohmi – Presidente

OABPREV.COM.BR

Av. Getúlio Vargas, 1300 . Conj. 1701 . Funcionários . Belo Horizonte MG . 30112-021. 55 31 2125 6400



RELATÓRIO
ANUAL 2014

